

PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO



Por Roberto Xavier

**Desdemocratização:
Autoflagelo e Barbárie -
Um guia para entender
a crise brasileira e ousar
alternativas civilizatórias.**

afipea

Sindicato Nacional dos
Servidores do Ipea | Associação dos
Funcionários do Ipea

1

**DESDEMOCRATIZAÇÃO:
AUTOFLAGELO E BARBÁRIE
- UM GUIA PARA ENTENDER
A CRISE BRASILEIRA E
OUSAR ALTERNATIVAS
CIVILIZATÓRIAS**

DADOS CATALOGRÁFICOS

ORGANIZAÇÃO

José Celso Cardoso Jr.

DIAGRAMAÇÃO

Matheus Natan Martins Dutra

AFIPEA-SINDICAL

Desdemocratização: Autoflagelo e Barbárie - Um guia para entender a crise brasileira e ousar alternativas civilizatórias. /Roberto Xavier - Brasília:

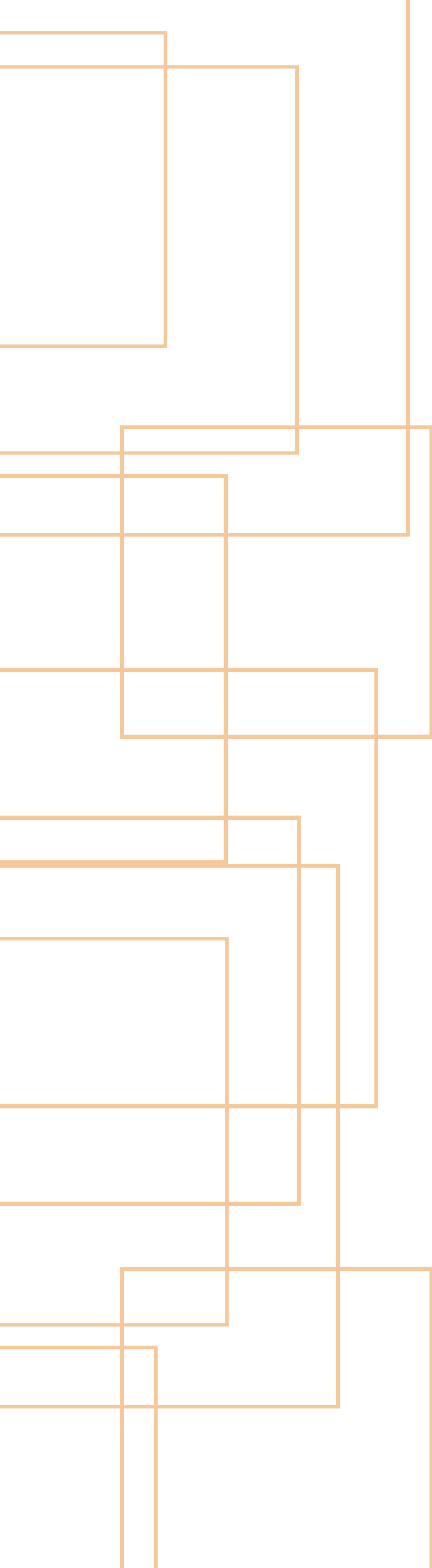
Afipea, 2020.

1. Governo. 2. Democracia. 3. Políticas Públicas. 4. Planejamento Governamental. 5. Economia.

CDD 320

2020 por Associação de Funcionários do Ipea

ISBN: 978-65-991206-3-3



Roberto Xavier é Cientista Político, Mestre em Gestão de Políticas Públicas (USP) e Especialista em Planejamento Estratégico. Atua como Pesquisador Pleno na área de Saúde Pública junto a Núcleos de Pesquisa de Universidades Públicas e Consultorias de Gestão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
ELEIÇÕES	9
A CONSEQUÊNCIA DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO	9
E NO FINAL, A CULPA NÃO FOI DO CIRO	10
O IMPEACHMENT ENTROU NO RADAR. SERÁ?	13
SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES EM SÃO PAULO.	14
DEMOCRACIA	17
“MEU DEUS, E SE DEMOCRACIA FOR ISSO MESMO?”	17
A NOVA DIREITA	19
A PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE PETISMO E BOLSONARISMO	20
O DESVIO DE ROTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	22
O GOLPE DE 1964 COMO UM “MARCO DA DEMOCRACIA”	24
O TERCEIRO CICLO	27
POR QUE A GENTE PENSA ASSIM?	30
INSTITUIÇÕES	32
A CIÊNCIA POLÍTICA TRATA DE NECROPSIA E NÃO DE BIOPSIA.	32
A LAVA JATO E O FASCISMO	34
A PGR E A CLASSE MÉDIA	36
OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO	38
PARA ONDE FOI A CONSCIÊNCIA DE CLASSE?	41
SOBRE AS INDICAÇÕES PARA O STF	43

GOVERNABILIDADE	45
A NOVA POLÍTICA DE BOLSONARO NASCEU VELHA	45
AS OPÇÕES DE BOLSONARO	47
FRENTE AMPLA – 70%	49
BOLSONARO TERÁ QUE SER VENCIDO NAS URNAS	51
OS CONFLITOS INTERNOS DO GOVERNO BOLSONARO	53
ECONOMIA	56
A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS	56
AS DEFINIÇÕES DE GREVE PRECISAM SER ATUALIZADAS	57
MODELO DE DESENVOLVIMENTO	59
POLÍTICAS PÚBLICAS	62
“AUSTERIDADE QUE MATA”	62
O EXÉRCITO E O GENOCÍDIO	65
POR QUE A POLÍCIA MILITAR MATA TANTO?	68
SUS: RESULTADOS OBJETIVOS E PERCEPÇÕES SOCIAIS	71
SIMBOLISMOS	77
AS LOGOMARCAS DOS ÚLTIMOS GOVERNOS	77
AS 3 MORTES DE UM HOMEM	79
COMO BOLSONARO SE SUSTENTA NO PODER?	81
DIFERENÇA ENTRE CORAGEM E VALENTIA	82



INTRODUÇÃO

O Brasil chega a 21 meses do governo de Jair Bolsonaro no que provavelmente seja o pior momento de sua história como país independente.

Na Economia, o país está estagnado desde 2014 e, ao final de 2020, o PIB completará 7 anos com fortes taxas negativas ou com taxas positivas próximas a apenas 1,0%, o que não será suficiente para compensar a retração da Economia no período.

A taxa de desemprego, que foi a menor da história em dezembro de 2013, atingiu a taxa recorde 13,3% no segundo trimestre de 2020, o que significa um exército de 12,5 milhões de desempregados. Isso sem falar no câmbio que disparou e na inflação que só se mantém em patamares aceitáveis pela absoluta retração do consumo.

Nas políticas públicas, o desmonte é devastador e acelerado. O descaso

com os temas do meio ambiente e da segurança dos povos tradicionais provoca uma enorme fuga de capitais. A Educação está há 18 meses sendo conduzida por ministros ineptos e despreparados para o tamanho do desafio que o país tem nesse campo.

Na Saúde a situação não é diferente, mas é agravada ainda mais pela necessidade de enfrentamento de uma pandemia que nos últimos meses ceifou a vida de mais de 13 0.000 brasileiros e esse número continuará subindo sem alguma atuação coordenada pelo Ministério da Saúde junto a estados e municípios.

Na Sociedade, as relações antagônicas e as tensões causadas pela concentração de renda e desigualdade social nunca foram tão explícitas. A violência política e contra minorias ou excluídos atinge níveis tão altos que passam a ser banalizados e a atitude do governo de

não atuar firmemente contra este estado de coisas só contribui para o aumento dessa escalada da polarização.

Enquanto isso, por inspiração direta do Presidente da República, todos os limites da democracia e da atuação das instituições vão sendo testados e estressados. São inúmeras as provocações e os acenos aos processos de ruptura institucional, seguidos de recuos estratégicos e teatrais que só servem para manter a tensão da iminência do fechamento do regime, por mais absurda que essa possibilidade seja em pleno século XXI.

Diante desse cenário desolador, colocamo-nos diante de 3 perguntas para as quais ninguém, honestamente, consegue encontrar respostas definitivas:

1. O que leva um país como o Brasil a voluntariamente negar as bases de sua jovem democracia liberal e a manutenção do Estado Democrático de Direito?
2. O que leva um povo a se entregar, também voluntariamente, a um governo incompetente e fascista, institucionalizando um Estado policialesco que destrói políticas públicas duramente construídas, com consequências imprevisíveis?
3. O que leva uma elite política a se degenerar de maneira tão vertiginosa, perdendo a histórica possibilidade de ruptura com um modelo de representação, que em última medida, está decretando seu próprio fim?

Em busca por respostas a essas 3 perguntas cruciais, fui ao longo de 18 meses, entre janeiro de 2019 e junho de 2020, construindo hipóteses, organizando reflexões e pensando, apenas pensando, muito, sobre tudo isso.

Os textos a seguir, produzidos ao longo desse período carregam a angústia de não oferecer repostas definitivas, mas acredito que possam ajudar a encontrá-las. Portanto, ainda mais importante do que as tentativas de respostas acabadas ou arrogantes, acredito que sejam as perguntas que as inspiraram. Precisamos ser capazes de continuar fazendo perguntas inspiradoras.

Os textos aqui organizados, inspirados em tais perguntas, tratam de questões próprias da conjuntura política em que nos metemos a partir das manifestações de 2013 e que geraram a tempestade perfeita que criou a maior crise política, institucional, sanitária e econômica da nossa história. Analisam o resultado das eleições de 2018 e suas consequências sobre as instituições, mas também a influência dessas sobre aquelas, e como a governabilidade do governo está em risco em função desse conflito multipolarizado.

A influência da desorganização do governo sobre as políticas públicas e sobre a economia também são analisadas em alguns textos; em outros, os simbolismos por trás das atitudes e ações desse governo também passam por breve análise.

Inaugurar esta série Pílulas de Bom Senso, com este livreto muito me orgulha. Com isso, espero ver aqui plantadas sementes do pensamento crítico necessárias ao enfrentamento e à superação positiva das muitas crises pelas quais nos aventuramos e sobre elas lançar alguma luz e alguma razão.

Boa leitura!



ELEIÇÕES

A CONSEQUÊNCIA DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO

02/05/2020

A consequência mais trágica da eleição de Bolsonaro será a destruição de um sentimento de Nação ainda mal construído e uma grande dúvida em boa parte da população da utilidade das instituições políticas e da democracia como um valor absoluto.

Sua eleição, apesar de formalmente democrática, representou um ataque aos fundamentos republicanos da Constituição e seu governo se empenha diuturnamente em destruir de forma implacável e impiedosa o mínimo de Estado de Bem-Estar Social que o país vinha construindo desde a Constituição de 1988.

Apesar de seu discurso em contrário, como disse Ralph Waldo Emerson, filósofo americano, suas atitudes falam tão alto que eu não consigo ouvir o que você diz”.

O governo Bolsonaro, desde sua posse, vem destruindo a pesquisa científica e a cultura, cortando verbas, fechando instituições e institutos de pesquisa, acabando com programas, sabotando as universidades públicas. Há uma ação coordenada por parte do governo contra a ciência, a pesquisa, a cultura, a educação e a saúde pública.

Na Economia, não é diferente. Mesmo antes da pandemia o governo colocou a país à venda. Petróleo e gás, serviços e infraestrutura, indústria nacional de ponta, Previdência Social e direitos sociais, tudo passou a ter um preço.

No entanto, essa opção por abraçar cega e inconsequentemente um ultra liberalismo anacrônico e abandonado pelas principais democracias do mundo, não foi capaz de recuperar a economia, muito pelo contrário. Reforçou as filas com milhões de desempregados, forçou o fechamento de empresas em uma escala nunca antes vista e aumentou sobremaneira a capacidade ociosa daquelas que sobreviverão, impondo pesados custos e retardando ainda mais uma eventual recuperação econômica.

E isso nem é o mais grave. O mais grave é sua persistente intenção de destruição moral das instituições. O governo Bolsonaro não tem qualquer pudor ou senso de limite e respeito ao Estado de Direito e aos ritos democráticos. Pode-se até dizer que não se trata mais de um governo, e sim de uma milícia destrambelhada, apoiada por um bando de generais inconsequentes de seus atos e que tem o apoio da parte da sociedade que flerta com o fascismo e defende – estranhamente – o anti autoritarismo estatal e social, sem a mínima ideia do que isso representa de fato.

Enquanto isso, em meio ao caos que se instala e que é característica ímpar desse governo, o Congresso Nacional, que até então se mostrava, em certa medida, como o último bastião das institucionalidades vigentes, se prepara para formar um grande bloco, liderado pelo Centrão, mas com partes significativas e igualmente fisiológicas da Aliança golpista de DEM, MDB e PSDB que dará a sobrevida necessária ao governo

Bolsonaro livrando o do impeachment em troca de cargos e verbas. Tudo como dantes, no Quartel de Abrantes

Bolsonaro deixará o governo, isso é certo. A questão é quando e como; mas independente do quando e, sobretudo do como, o estrago já estará dado. Depois de seu governo, serão necessárias décadas de reconstrução, com perdas incalculáveis em termos de avanços, recursos e capacidades. O que está em curso é um grande desastre social, com um massacre de direitos de tal magnitude poucas vezes visto em nossa história.

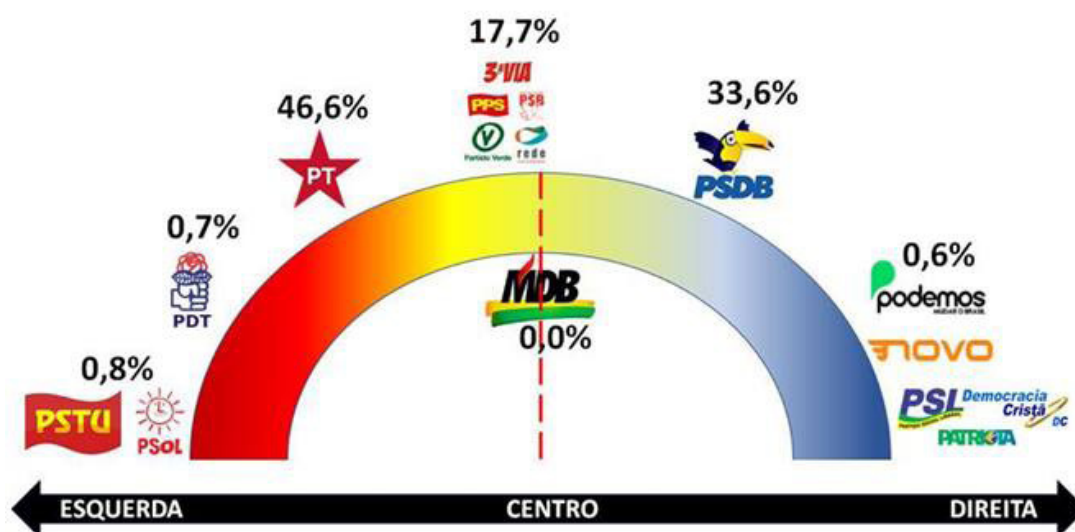
E NO FINAL, A CULPA NÃO FOI DO CIRO

16/10/2019

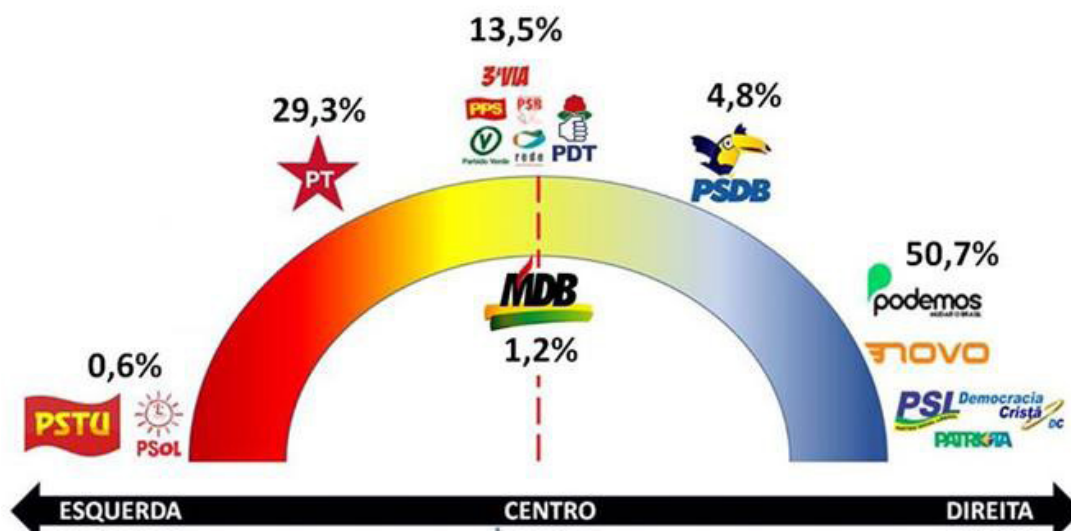
E parece que no final o Ciro nem é o maior bandido dessa história toda. Tem gente com muito mais responsabilidade sobre o que está acontecendo na política brasileira com a ascensão da extrema direita e de uma pauta ultraliberal.

Na primeira figura abaixo, posicionei os partidos que disputaram as últimas seis eleições diretas que antecederam o desastre que foi a eleição de 2018, de acordo com seu posicionamento ideológico e adicionei o seu percentual de participação no total de votos dessas eleições nos 1º turnos.

TOTAL DE VOTOS POR PARTIDO/POSICIONAMENTO DE 1994 A 2014



TOTAL DE VOTOS POR PARTIDO/POSICIONAMENTO EM 2018



Sim, eu somei os resultados do 1º turno das eleições de 1994 a 2014 agrupando os partidos com posicionamento ideológico similar para encontrar votos recorrentes e perfil identitários de seus eleitores.

Independente dos nomes dos candidatos que disputaram as eleições havia uma clara preferência do eleitorado pelo PT, com Lula em quatro oportunidades e com Dilma em duas; e preferência pelo PSDB com FHC e Aécio em duas eleições e Serra e Alckmin, em um pleito cada um. Nada menos que 8 em cada 10 votos, nestas 6 eleições, foram para esses partidos.

A chamada 3ª Via – embora ache o termo inadequado vou utilizá-lo apenas para facilitar o entendimento – sempre disputou com candidatos que se revezaram na busca de um posicionamento contrário à polaridade entre os dois grandes partidos, embora não seja possível estabelecer alguma identidade ideológica entre eles, exceto essa ten-

tativa de ocupar um espaço no Centro Democrático, às vezes nem tão ao centro nem tão democrático

Ciro e Marina, que disputaram três eleições cada um por seis partidos diferentes, são os que melhor representaram esse posicionamento; mas também tivemos Garotinho, Heloísa Helena e Enéas Carneiro, disputando esse espaço por outras três legendas diferentes.

Ao meu ver, é justamente essa desconsideração pelo papel dos partidos que impediu que essas candidaturas se consolidassem como opções viáveis. Embora tenha muita gente que menospreza o papel dos partidos na política brasileira, eu não estou entre eles.

Até então partidos e candidatos com discurso mais radicais, seja à esquerda, seja à direita não se viabilizavam eleitoralmente. Esses partidos e candidatos somados representavam 3% do eleitorado total; o que convenhamos não chega sequer a ser moeda de troca para um 2º turno. Essa parcela do eleitorado de extrema esquerda e de extrema direita sempre foi absorvido, por gravidade, por PT e PSDB, respectivamente.

Por fim, havia o MDB que não jogava esse jogo. Sua atenção se concentrava nas disputas parlamentares e nos governos estaduais, tanto que teve um único candidato, Orestes Quércia, naquele período.

Já a segunda figura mostra o resultado da eleição de 2018, usando os mesmos critérios, mas que precisa de uma

análise em separado. Comparando-se as duas figuras, temos algumas constatações óbvias e outras nem tanto.

A primeira, que é que a culpa da eleição de Jair Bolsonaro e tudo que ele representa não foi do Ciro Gomes, embora ele tenha tido uma postura durante toda a campanha, mas sobretudo no 2º, que não contribuiu em nada para bloquear o crescimento dessa extrema direita e de seu candidato preferencial.

Os números mostram que o espaço político que ele, Ciro, juntamente com Marina, buscou ocupar também diminuiu, mas, em uma proporção menor que o de outros partidos ou posicionamentos. A chamada 3ª via perdeu 18% do seu eleitorado histórico.

Por essa análise, os principais responsáveis pela ascensão e consolidação eleitoral dessa extrema direita reacionária e conservadora foi o PSDB, que entregou praticamente 90% da sua parcela do eleitorado para Bolsonaro através de escolhas equivocadas e posicionamentos poucos firmes e condescendentes com as ameaças à democracia e, por óbvio, por ser um dos patronos do Golpe de 2016.

Mas, em certa medida, o próprio PT, que perdeu 30% da sua base eleitoral, também teve sua parcela de contribuição. Claro que, nesse caso, foi de maneira passiva e como consequência de um processo incessante de *lawfare*, que buscava inviabilizar uma candidatura de Lula, que, talvez fosse a única maneira de evitar esse desastre anunciado. Em Política nada acontece impunemente.

Mesmo com essa erosão na sua base eleitoral, ainda assim o Partido dos Trabalhadores conseguiu manter uma participação próxima das eleições de 1994 e 1998 quando FHC, impulsionado pelo Plano Real ganhou no 1º turno, enquanto o PSDB foi completamente desidratado no processo.

Claro que há diversas explicações e motivos para tudo isso, mas não vou me alongar fazendo considerações que nesse momento me parecem óbvias.

O IMPEACHMENT ENTROU NO RADAR. SERÁ?

18/02/2020

Apesar de bem saber que em Política, assim como na Guerra, sabemos como um conflito começa, mas é impossível prever como terminará, não vejo uma real condição de prosperar o movimento pedindo o impeachment da Bolsonaro, pelo menos neste momento.

É indiscutível que já há muitos erros na condução dos assuntos de Estado e de Governo por parte de Bolsonaro e o grupo de amalucados que ele chama de ministros. Erra muito e feio na comunicação com a sociedade e na negociação política, mas erra menos na economia porque praticamente não faz nada nesta área e o pouco que faz, faz mal feito.

Por isso, apesar dos erros, e até dos crimes de responsabilidade já cometidos, vejo esse movimento que começa

a pedir o início de um novo processo de impeachment sem o respaldo político e popular necessário para vingar e em minha opinião ainda não reúne as pré-condições para um impeachment. Entendo que sejam necessárias no mínimo 3 das seguintes pré-condições

1. Falta de apoio político
2. Incapacidade de mobilizar as massas
3. Instabilidade econômica
4. Comprovado envolvimento pessoal com as denúncias
5. Linha de sucessão desalinhada

Detalhando um pouco cada uma delas:

1. Bolsonaro ainda tem um o apoio do seu Partido e do bloco governista. Nada, nada ele tem a fidelidade canina de um bloco que representa hoje mais de 40% do Congresso, formado pelos 223 Deputados da bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala ou Agronegócio, Evangélicos e Armamentistas). Além disso há os deputados das bancadas MDB, PSDB e Centrão que não estão nestes blocos temáticos, mas que também apoiam o governo. Se tomarmos como referência o resultado da votação da Reforma da Previdência, a oposição tem apenas 131 votos. Suficiente para fazer barulho, mas não para provocar um processo de impeachment. Lembrando que para um processo de impeachment ser aprovado são necessários 336 votos para que o processo vá para o STF. Ah, também precisa convencer o Rodrigo Maia. Só isso.

2. Bolsonaro ainda não perdeu a capacidade de mobilizar grandes manifestações populares, seja nas ruas, seja nas redes. As estruturas da militância virtual em favor dele ainda estão mobilizadas e os militantes do bolsonarismo aguardam apenas um chamamento para saírem em defesa do seu voto e da pauta conservadora e reacionária que ele representa. O discurso de que o *impeachment* seria um Golpe da “Mídia de Esquerda e Foro de São Paulo”, seja lá o que isso queira dizer, já está pronto. Vejam as declarações do Carlucho e do Olavo de Carvalho.

3. Ao fim e ao cabo, as condições gerais da população é que podem representar o verdadeiro risco para que um processo de *impeachment* ganhe corpo. Afinal, foi isso que de fato levou ao afastamento de Dilma. Mas a insatisfação, embora crescente, ainda não é tão grande como naquele momento. Enquanto essa insatisfação não estourar a bolha da esquerda e atingir a classe média, a mídia não vai comprar e repercutir esse movimento como uma solução. Quanto à economia, se não está se recuperando pelo menos parou de ser sabotada. O problema é que está difícil recuperar o estrago com tanta incompetência.

4. Seja pelo seu perfil, seja por uma estratégia suicida, Bolsonaro já está diretamente envolvido com diversos crimes de responsabilidade, mas resta saber se as investigações terão interesse em envolvê-lo de fato. Se bem que, pelo nosso histórico recente, a vontade política pelo

afastamento prescinde de um crime de responsabilidade para justificá-lo.

5. Por fim, a quem interessa a deposição de Bolsonaro, já que a linha de sucessão com Mourão, Maia, Alcolumbre e Dias Toffolii não acena com nenhum posicionamento mais opositorista ou contrário ao rumo político e econômico até esse momento.

Ou seja, pelo menos no curto prazo, essa tese do *impeachment* não tem espaço para prosperar. Neste momento não vejo todas essas pré-condições para que um novo processo seja iniciado.

SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES EM SÃO PAULO.

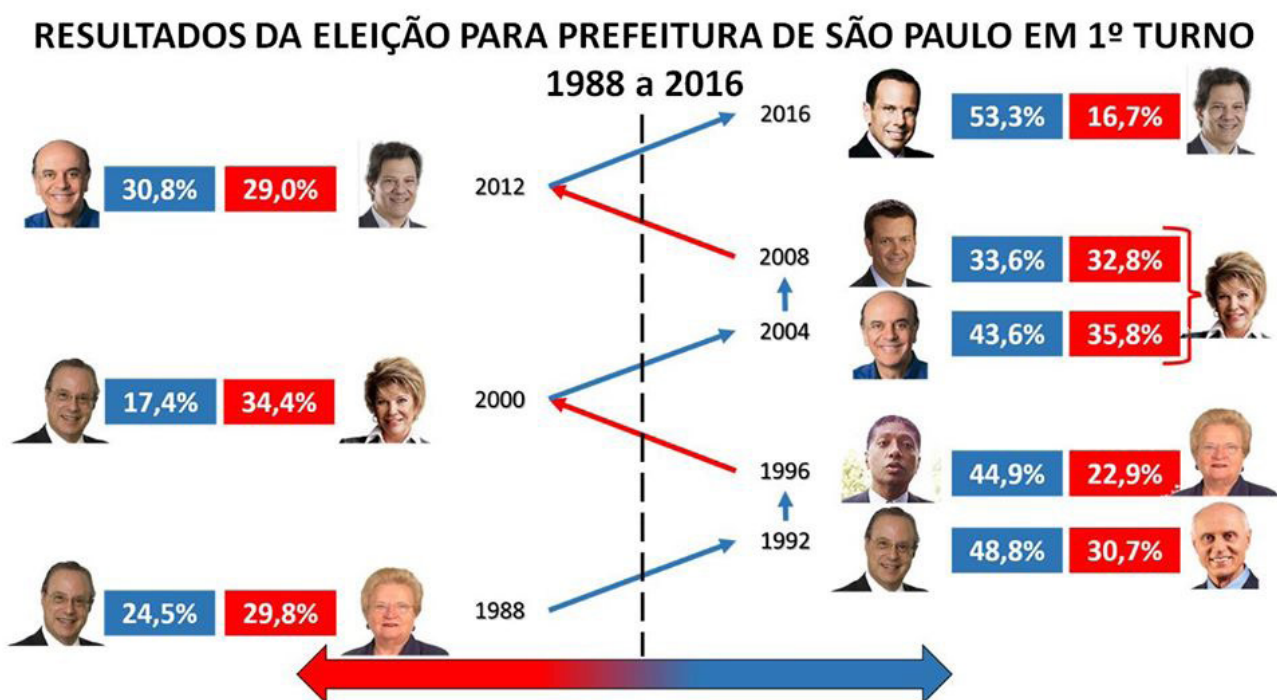
12/10/2019

Nos últimos 8 pleitos municipais, o PT esteve diretamente envolvido na disputa do cargo, primeiramente contra o malufismo – representado pelo próprio Maluf e por Celso Pitta – e em um segundo momento contra os tucanos Serra e Dória ou pelo aliado de primeira hora, Gilberto Kassab.

Em 28 anos a disputa ficou concentrada em poucos nomes. Pelo PT, Marta em 3 oportunidades Erundina e Haddad em duas e Suplicy em uma. Pelo malufismo, Maluf em 3 eleições e Pitta em uma e pelos tucanos, Serra por duas vezes e Kassab e Doria em uma.

Historicamente o PT detém cerca de 30% do eleitorado da capital paulista. Nas duas oportunidades em que o partido ficou abaixo desse patamar, a primeira delas em 1996, quando Maluf conseguiu fazer seu sucessor e o PT praticamente abandonou Erundina a ponto de ela deixar o partido depois dessa eleição. Ou seja, naquela eleição, os 22,9% dos votos recebidos pertenciam mais à candidata do que ao Partido dos Trabalhadores.

O outro momento em que o partido ficou abaixo dos 30%, aliás, bem abaixo, foi em 2016 quando Fernando Haddad tentou a reeleição, mas foi varrido pela onda antipetista desencadeada pelas Manifestações de 2013 e conseguiu apenas 16,7% dos votos, perdendo a eleição ainda no primeiro turno, o que nunca ocorrera, desde que as eleições municipais passaram a ser disputadas em 2 turnos.



Outro ponto a destacar é o fato que os eleitores da capital, diferentemente do que ocorre no estado, não são adeptos das continuidades políticas na Prefeitura e concedem 8 anos de gestão para malufistas e tucanos, intercalando-os com apenas 4 para os petistas.

Portanto, diante desse histórico é possível apostar em uma continuidade da gestão tucana com Bruno Covas a frente da prefeitura por mais 4 anos, ainda na esteira do antipetismo que elegeu Covas como vice de Doria. Essa expressiva votação, o histórico dos tucanos acima dos 30% e uma gestão sem grandes polêmicas, praticamente já lhe garante um lugar no 2º turno, exceto, se houver um candidato da extrema direita insuflado pelo Bolsonarismo que divida esse eleitorado praticamente cativo.

Já do lado Petista, apesar de podermos considerar uma fatia cativa do eleitorado também na casa dos 30%, ainda é preciso saber, primeiro, se a onda antipetista esmaeceu; segundo, se haverá um nome capaz de aglutinar esse eleitorado, já que Haddad estará fora do páreo aguardando a eleição presidencial de 2022; e por fim, se surgirá outra força política que se viabilize como centro democrático e consiga capturar pelo menos em parte o terço do eleitorado que não se alinha nem com o petismo nem com os tucanos.

Ainda é cedo para maiores apostas, mas os parâmetros iniciais da disputa são esses. Vamos aguardar.



DEMOCRACIA

“MEU DEUS, E SE DEMOCRACIA FOR ISSO MESMO?”

28/12/2019

O ano que termina foi seguramente o período de maior violência política desde o fim da Ditadura Militar muito por conta dos sinais de complacência e estímulo emitidos pelo Palácio do Planalto, ocupado por um Presidente mal-intencionado, composto por um Gabinete que reúne políticos incompetentes, gestores e militares amalucados e pelas ruas ocupadas por eleitores e apoiadores autoritários.

Todo respeito e solidariedade às vítimas, desde os humoristas do Porta dos Fundos, os militantes climáticos de Alter do Chão e os jovens pisoteados por uma polícia truculenta em Paraisópolis,

até as incontáveis vítimas anônimas que não foram parar nas páginas dos jornais ou nas telas das TV's; mas, infelizmente, essas não foram as primeiras e nem serão as últimas, veremos muito mais dessa violência política nos próximos anos. Portanto, sobre o que de fato quero refletir é sobre a origem dessa cultura de violência ou, pelo menos, sobre parte dela.

Em minha opinião, nossa tradição antidemocrática, autoritária e golpista está diretamente ligada à banalização da violência e à multiplicação desses justifica-mentos políticos.

Atualmente, esquerda e direita cada vez mais vêm perdendo suas identidades ideológicas. Isto é um fenômeno mundial, mas se expressa de sobrema-

neira em países como o Brasil sem tradição secular de política democrática.

Aqui, um dos fatores que contribuíram fortemente para esse quadro ainda é rescaldo de 1964. Se não tivesse ocorrido o Golpe, ou até mais, se não tivesse ocorrido a tentativa canhestra de Golpe do Jânio em 1961, a tradição democrática teria mais de 50 anos, ou seja, duas gerações inteiras teriam vivido sob eleições diretas em todos os níveis.

Isso sem pensar nas consequências ainda não mapeadas da ruptura institucional de 2016, que terão que ser consideradas somente daqui há alguns anos, já que a Ciência Política é uma ciência de necropsia e não de biopsia.

Neste período, deveríamos ter tido pelo menos 10 legislaturas completas, o que com certeza já nos teria dado uma representação política com qualidade intelectual e técnica muito superior à atual.

A corrupção graça neste País não apenas nos últimos anos, mas com um Congresso e um Judiciário trabalhando por 50 anos para diminuí-la, não estaríamos convivendo com esta praga generalizada. Este é um ponto.

O outro é a banalização da violência que estamos presenciando: este ponto tem duas vertentes principais: uma cultural e outra econômica.

Culturalmente fomos induzidos a acreditar que somos uma sociedade pacífica, mas na verdade somos uma socie-

dade bem violenta, talvez uma das mais violentas do mundo. “A mais triste nação na época mais podre compõe-se de possíveis grupos de linchadores.” Mas todos os povos o são. Alguns conseguiram ferramentas de controle dessa característica humana, através da educação e do combate à impunidade.

Economicamente, é a desigualdade social que está na raiz da maioria das mazelas sociais, entre elas a violência. Um Estado que não consegue garantir o mínimo de acesso a Educação, Lazer, Saúde, Transporte e Moradia a grande parte da sua população verá essa população, que queremos crer que seja pacífica, ir buscar esse acesso por outros meios, inclusive os violentos e ilegais.

Uma consequência direta da democracia é, via representação política, a divisão do poder entre representantes e representados. Na visão de Hanna Arendt, a violência contrapõe-se ao poder: de forma que onde domina um absolutamente, o outro está ausente.

Ou seja, quanto menos poder (político, econômico, social, religioso, etc.) dermos aos povos, mais potencialmente violentos eles serão.

Continuemos negando espaço e representação ao povo e cada vez mais seremos plateia inerte e vítima potencial desse show de horror cotidiano e violento.

E então, me perdoem por não lhes desejar um Feliz Ano Novo, diante desse cenário desolador só me ocorre

um pensamento trágico trazido pela lembrança da frase do Millôr no já distante 1992:

“Meus Deus, e se democracia for isso mesmo?”

A NOVA DIREITA

13/07/2020

Chamar o grupo político que chegou ao poder no Brasil depois do Golpe jurídico parlamentar de 2016 de “Nova Direta” nos direciona a um duplo engano.

Esse grupo, formado por um Presidente mal-intencionado que comanda um Gabinete que reúne políticos incompetentes, gestores e militares amalucados apoiados por eleitores e seguidores autoritários, não é “novo”, e não é “direita”, pelo menos não a direita que ocupou seu espaço na política brasileira nos últimos 30 anos.

Falar em “nova direita” no Brasil é como falar em pós modernidade, pós-industrial ou pós capitalistas. Tenho sempre o receio que estejamos falando de um velório onde o defunto não sabe que morreu.

Desde os 1980, ou até antes, mas, sobretudo no período que antecede o movimento de redemocratização e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) as organizações e associações privadas que organizam e

coordenam o pensamento político de Direita no Brasil dentro da sociedade civil começam a se mesclar de maneira quase simbiótica com as estruturas do Estado brasileiro.

Essa simbiose política possibilita o suporte necessário para instituir uma dominação da burguesia no Brasil como contraponto à ascensão dos movimentos sociais mais ideologicamente vinculados ao pensamento de esquerda que passam a ganhar espaço com a lutas sindicais, os movimentos populares ligados à igreja católica e à bandeira da reforma agrária para a formação de uma Frente Partidária Democrática que ganha espaço dentro da ANC.

A direita tradicional brasileira, que apoiou o Golpe de 1964 e suportou o Regime Militar durante duas décadas, percebeu que sua influência política necessariamente precisava romper as fronteiras da classe dominante para sobreviver como força política no período de redemocratização pós Regime Militar, que inevitavelmente reintroduziria as eleições diretas como modelo de escolha da representação política em todos os níveis.

Em um modelo político com eleições diretas, livres e democráticas, o apoio da classe dominante, em um país com o nível de desigualdade como o Brasil, é importante, mas não é garantidor das vitórias eleitorais necessárias para um plano de longo prazo, de perpetuação no poder, sobretudo diante da forte aliança entre a população mais po-

bre e os movimentos populares forjada nos anos de resistência à Ditadura e potencializada por alguns veículos de mídia que pressentiam o fim do Regime Militar e o retorno à normalidade política.

Durante os 30 anos que antecedem o Golpe de 2016, a direita sempre esteve presente nos governos.

O modelo recorrente neste período foi uma composição de forças com um candidato de centro esquerda (Tancredo, FHC, Lula e Dilma) a frente apoiado por um representante das forças políticas de direita, seja empresarial seja parlamentar, (Sarney, Marco Maciel, José de Alencar e Temer).

A exceção foi a eleição de Collor, na qual essa composição se inverteu: um candidato da direita, Collor, apoiado por um representante do bloco parlamentar da centro esquerda como Itamar Franco.

A eleição de Bolsonaro quebra esse modelo trazendo um candidato de extrema direita sem apoio, formal pelo menos, da direita empresarial ou parlamentar, que é obrigada a apoiá-lo após constatar a inviabilidade de outros candidatos que pudessem fazer frente ao retorno do PT ao poder.

Lembrando que o Golpe de 2016 desorganiza o jogo político brasileiro de tal forma que nenhuma das chapas naquela eleição conseguiu formar uma dupla associando um político de centro esquerda e um representante da Direita empresarial ou parlamentar. Nem o PT, muito menos o PSDB.

Portanto, é importante reforçar que o que chegou ao poder federal com Bolsonaro não foi uma “nova direita”, no máximo uma velha extrema direita que sempre existiu, mas que nunca teve força no jogo político democrático, exceto quando a classe dominante desiste de participar da disputa eleitoral e nos coloca neste pesadelo institucional elegendo um Presidente incapaz de entender que seu tamanho e seu papel na história não é maior que sua capacidade intelectual e administrativa.

A PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE PETISMO E BOLSONARISMO

07/03/2020

Obviamente existem inúmeras e importantes diferenças entre o petismo e o bolsonarismo; mas, talvez, a mais importante e menos óbvia é como cada um deles pensa a questão da perpetuação no poder.

Quando o PT chega ao poder tem duas opções políticas possíveis:

A primeira seria uma ruptura institucional via revolução, provavelmente armada, num movimento caudilhista e/ou bolivariano, que iria contra a nossa cultura política pouco afeita às rupturas mais radicais e que criaria uma oposição ainda mais raivosa e sectária que a formada pela opção por um resgate da doutrina getulista de “pai dos pobres” que foi adotada.

Esta, obviamente, não foi a opção adotada pelo Partido dos Trabalhadores, porque o PT não assediou parte do oficialato ou estabeleceu uma linha de comunicação direta com praças e soldados das forças armadas e da polícia militar como faz Bolsonaro, para quem a ruptura institucional parece ser uma das opções sobre a mesa.

Na visão pragmática dos líderes do PT, essa escolha não traria um regime de ciclo longo e também não era esta a linha de atuação da Articulação, a principal corrente interna do partido que, não por acaso, era a corrente de Lula, Genoíno, Zé Dirceu, os principais idealizadores da estratégia do Partido dos Trabalhadores de chegada ao poder.

A segunda, mais alinhada ao momento político e ao *modus operandis* da Articulação é o que Antonio Gramsci chamou de Hegemonia.

Este conceito de “hegemonia política” está baseado nos aspectos culturais da sociedade, a chamada superestrutura no marxismo clássico, como elemento a partir do qual se pode realizar uma ação política e como uma das formas de criar e reproduzir a hegemonia.

Já o bolsonarismo, não possui estrutura orgânica partidária para implementar esse tipo de ação e seus seguidores não conseguem alcançar esse nível de sofisticação intelectual e por isso classificam esse conceito como “viés ideológico”. Simples e vazio assim.

Segundo esse conceito, o poder das elites sobre o povo dentro das sociedades modernas, não reside simplesmente no controle dos aparatos repressivos do Estado, como diria a visão weberiana. Bolsonaro acha que sim, por isso essa obsessão em montar um “Estado Policial”.

Se fosse assim, seria relativamente fácil alcançar a hegemonia política. Bastaria que o Estado fosse atacado por uma força armada equivalente ou superior a sua, comandada por um grupo articulado política e socialmente.

Chávez foi por esse caminho e todos nós sabemos como está a Venezuela hoje; e nós nunca estivemos tão perto de ter o mesmo destino, com Bolsonaro e não com Lula, claro que com sinais trocados.

Este poder político é garantido fundamentalmente pela “hegemonia” cultural que as elites exercem sobre o povo, através do controle do sistema educacional e dos meios de comunicação.

Bolsonaro vai na direção contrária, destruindo o sistema educacional público de nível superior e estrangulando o financiamento da Educação Básica mantendo a armadilha da austeridade fiscal colocada por Temer; além disso confunde meios de comunicação com mídias sociais, que são parte cada vez mais importante daquela, mas estão longe de serem as plataformas de maior penetração.

Através do controle da informação e da educação se forma um “bloco hegemônico” que une todas as classes sociais em torno de um projeto político. O poder hegemônico combina e articula a coerção e o consenso.

Este modelo que estava sendo implementado pelos sucessivos governos petistas porque, embora mais lento, se mostra muito mais eficiente e passa por todos os grandes programas sociais (Bolsa Família, Fome Zero, Sistema de Cotas, Prouni, Enem, etc.) e que por isso também estão sob forte ataque do Governo Federal e do bolsonarismo.

Esse projeto de perpetuação no poder pela hegemonia que o PT adotou e Bolsonaro ignora e tenta destruir se apoiou num tripé:

1. Redistribuição de renda, para aumento da base política popular, fundamental num modelo que adotou o caminho democrático das eleições livres;
2. Acesso à educação, para aumento da consciência política e perpetuação de um modelo ideologicamente consistente;
3. Controle das comunicações, para minar e diminuir sistematicamente a oposição ao modelo de doutrinação política.

Observa-se que, não por acaso, são justamente esses os pontos que o bolsonarismo mais ataca e busca desconstruir; seja no terrorismo social,

com a política de teto dos gastos que o Governo Federal se recusa a rever, seja nesse ataque sem sentido à Educação, seja no alinhamento perigoso com os setores mais reacionários dos meios de comunicação via cooptação financeira e alinhamento com pautas de cunho moral e com o discurso de ódio.

Enfim, nada é tão ruim que não possa piorar.

O DESVIO DE ROTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

25/02/2020

Mantida a trajetória política brasileira em seu curso natural, teríamos na eleição presidencial de 2018, um resultado completamente diferente desse inferno institucional que estamos vivenciando.

Após 12 anos de governos petistas, o desgaste natural causado por tanto tempo no poder associado à inabilidade política e aos erros na condução da política econômica, por parte de Dilma Rousseff e de sua equipe, para combater as causas da crise que se iniciava, fatalmente dividiriam o país e o partido.

O desgaste político ocorreria em função da crise econômica, mesmo que essa não tivesse sido substancialmente potencializada pela estratégia de sabotagem política e econômica conduzida pela oposição, sobretudo pelo PSDB, e

pelo empresariado, sobretudo o paulista, para abreviar o mandato da petista.

Com o Partido dos Trabalhadores dividido entre a equipe econômica do governo – ligada ao rentismo do setor financeiro e ao empresariado nacional – na tentativa, fracassada, diga-se, de manutenção da governabilidade e a militância ligada aos movimentos sociais e sindicais, que desde as Manifestações de 2013, atuou como quinta-coluna bombardeando o governo com o chamado fogo amigo, não haveria consenso sobre a sucessão presidencial.

Lula, mesmo que não tivesse sido preso, ainda seria uma figura importante no tabuleiro da sucessão e no jogo político, mas assim como FHC, seria uma sombra maior que o Partido dos Trabalhadores, e muito provavelmente, não seria candidato. Ele próprio declarou em entrevista à Rádio Jornal do Commercio, do Recife em 2014: “Se depender de mim, não [serei candidato]. Quando chegar na eleição de 2018, estarei com 72 anos. Nós temos que ter [isso] em conta.”

O que ocorreu a partir do impeachment de Dilma Rousseff só contribuiu para dar viabilidade política e eleitoral ao fascismo representado pelo bolsonarismo. Senão, vejamos:

Após 2 anos e meio do Governo de Michel Temer e sua Ponte para o Futuro a situação do país continuou igualmente complicada e o PT continuou a ser responsabilizado pela crise econômica, pelo desemprego, pelo caos social, pela crise

da segurança e da saúde, mesmo que números e fatos demonstrassem o contrário.

Lula, impedido de ser candidato ou de ungir um nome com seu potencial eleitoral, perdeu força para o jogo político do lawfare, dividindo as esquerdas pela falta de consenso em torno de um nome e de uma proposta. O “Lula Livre” drenou força do “Haddad Presidente”.

Sem uma bandeira com a capacidade mobilizadora e a força de campanhas como “Eleições Diretas Já” na década de 1980 ou “Abaixo a Ditadura nos anos 1960/70, o “Fora Temer” ou o “Lula Livre”, que sintetizavam o retorno e o respeito ao processo democrático, o retorno do Estado de Direito, a reversão do fim das políticas sociais e o retorno do crescimento econômico e do protagonismo brasileiro no cenário mundial, não mobilizaram o país como se esperava, ou melhor, como se desejava.

Neste contexto, o partido perdeu protagonismo no imaginário popular como vítima de uma conspiração das “elites”; perdeu seu alinhamento com a parte mais fraca da relação entre ricos e pobres, patrões e empregados, autoritários e democratas. Mesmo que isso não seja totalmente verdadeiro, ocupar essa posição de fala dentro de um processo eleitoral em que as imagens e as construções de narrativas serão cruciais é de suma importância para a absorção desse discurso pela parte menos escolarizada e esclarecida do eleitorado

Afinal, quanto mais simples é o discurso melhor é sua compreensão. É muito mais simples entender que o PT é contra o “fim da aposentadoria” do que entender que o PT provocou parte do desequilíbrio das contas públicas porque financiou o consumo por meio da renúncia fiscal.

Sem entrar no mérito do processo de judicialização da política em busca do fim da corrupção, até porque, entendo que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu atingir nem o objetivo declarado, nem tão pouco o objetivo inconfessável de alijar o PT do jogo político. Na verdade, teve o efeito diametralmente oposto.

Ao avaliar tudo isso como uma estratégia política pensada e executada pelos partidos que eram oposição ao governo Dilma, me ocorre uma frase do Sociólogo polonês Zygmunt Bauman:

“O problema hoje não é que os partidos estejam equivocados, e sim o fato de que não controlam os instrumentos.”

O GOLPE DE 1964 COMO UM “MARCO DA DEMOCRACIA”

31/03/2020

Lendo que o Governo Bolsonaro e os setores das Forças Armadas consideram o Golpe de 1964 como um “marco da democracia” temos a certeza que esse grupo está tentando reescrever a História e impor uma nova narrativa

acrítica dos fatos, buscando desconstruir todo o trabalho de resgate histórico ensejado desde o início do processo de redemocratização pelos setores da esquerda democrática brasileira.

A “Ordem do Dia”, lida hoje em todos os quartéis do país, traz um discurso raivoso e sem qualquer vínculo com a realidade dos fatos referente ao “Movimento de 1964” que aliás, sequer é considerado como um Golpe. Nela, se considera que a sociedade brasileira, percebendo o perigo que o país estava correndo naquele momento reuniu civis e militares para retirar o país do rumo que, em sua visão anacrônica, fatalmente levaria a um regime de modelo cubano.

Acho bastante trágico que esse discurso revisionista volte com força, sobretudo nos quartéis, repetindo esse amontoado de sandices que mais parecem o discurso de um candidato em campanha da década de 1960, em uma República de Bananas, do que de um Ministro da Defesa de um governo eleito em pleno século 21, em um dos principais países do mundo, como pura provocação antidemocrática e sem nenhum respaldo histórico.

A “Ordem do Dia” refaz o discurso de Bolsonaro que fala exclusivamente para os seus eleitores, dentro e fora da caserna, e que, assim como ele, não percebem que essas forças antidemocráticas que eles querem como “salvadores da pátria” e que já estão de volta ao Poder como representantes da pior

corrente ideológica que já houve neste Brasil de meu Deus, a direita golpista, foi quem fortaleceu a esquerda e criou seus principais líderes. A esquerda brasileira é literalmente uma cria da Ditadura.

Portanto, acho muito engraçado que setores da política e da sociedade que desprezam uma análise mais crítica e contextualizada da História, já que a isenção absoluta não é possível, e que parecem odiar qualquer iniciativa neste sentido, defendam que não houve Golpe e que os militares, na verdade evitaram uma grande Revolução Comunista. Só quem nunca abriu um livro de História pode ser tão incoerente.

Acho complicado falar de um passado que não houve da mesma maneira que é difícil falar de um futuro que não chegou. Para mim, “passadologia” e “futurologia” são meros exercícios de imaginação; mas que, ancorado em um contexto histórico conhecido e dentro do curso natural dos fatos, podem nos dar uma visão do que não vivemos ou do que viveremos.

Diante disto, apenas para dar consistência ao exercício mental vamos admitir que neste período de exceção não tivéssemos nenhum grande desvio de rota, nem à direita nem à esquerda. Que a suposta Revolução Comunista que deu motivação aos golpistas não ocorresse, e de fato qualquer historiador sério pode confirmar que não havia as mínimas pré-condições necessárias para uma “Revolução Cubana” no Brasil.

Seguindo o ritmo normal do processo democrático teríamos, provavelmente, a eleição de Jango como Presidente para o período de 65 a 70. Precisamos lembrar que pela Constituição de 46 os mandatos eram de 5 anos e não havia o dispositivo da reeleição. O que permitiria a eleição de Jango é que ele havia sido eleito em 60 como vice-presidente. Naquela época votava-se no Presidente e no Vice, e não em uma Chapa como hoje; portanto, como ele não foi eleito para presidente, juridicamente poderia concorrer na próxima eleição, bastava que se desincompatibilizasse do cargo nos prazos legais. Há consenso sobre isso.

Após um novo período Jango, teríamos as eleições de 1970 sendo disputadas provavelmente por figuras como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Carlos Lacerda, Carvalho Pinto, enfim os Governadores de então e as principais lideranças políticas da época e eventualmente algum grande empresário como Olavo Setúbal ou Paulo Maluf também poderiam estar no pleito.

A partir daí não dá para projetar mais, mas o que podemos afirmar com certeza é que deveríamos ter – não em 2018, mas em 2020, por conta do mandato de 5 anos – a eleição do 11º presidente eleito diretamente depois de Jango. Parece pouco se comparado, por exemplo, com os EUA onde Donald Trump é o 45º presidente eleito, mas, em termos de América Latina, seria um feito inédito: um país com 60 anos ininterruptos

tos de Estado Democrático com eleições diretas.

Sem a oposição que se deu ao Golpe de 1964 provavelmente teríamos nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek, Almino Afonso, Miguel Arraes, Hélio Bicudo, Teotônio Vilela, Mario Covas, Luís Carlos Prestes, Santiago Dantas, se não com a importância que tiveram, sobretudo por suas atuações na defesa da legalidade e da democracia, pelo menos por suas qualidades intelectuais e poder de liderança que existiriam com ou sem a Ditadura Militar.

Alguns nomes do pensamento conservador também teriam espaço neste cenário. Nomes como José Maria Alkmin, Gustavo Capanema, Delfim Netto, Roberto Campos, Marcos Maciel, Jarbas Passarinho e Petrônio Portela sem a necessidade de defesa do regime e polaridade política talvez tivessem contribuído muito mais com as discussões dos problemas nacionais.

Mas, os políticos que consolidaram seu poder vendendo apoio ao Regime Militar como as famílias Sarney, Magalhães, Maluf, Collor, Bornhausen não teriam muito mais que uma influência regional.

Provavelmente também não teríamos esta plêiade de partidos políticos, os quais, em sua maioria, não tem posição ideológica clara e que atuam apenas como partidos de aluguel. Acredito que não teríamos mais do que 10 legendas:

UDN, PTB, PSD e alguns partidos de minorias tanto à esquerda, sobretudo os comunistas e os socialistas e à direita, sobretudo os nacionalistas e democratas cristãos. Além de uma ou duas divergências Trabalhistas de menor expressão, mas em sua maioria sem expressão política importante.

A consolidação da democracia tenderia a concentrar o poder no centro democrático, ora mais conservador, ora mais progressista, mas os radicalismos tanto de direita quanto de esquerda teriam muito pouco espaço e representação.

Algumas figuras que dominam a cena política dos últimos anos não teriam a expressão que tiveram: Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Aloísio Mercadante e Eduardo Suplicy provavelmente não abandonariam suas carreiras universitárias para se aventurar na Política, seriam professores, ponto.

Collor de Mello, Aécio Neves e Ciro Gomes seguiriam carreira como playboys ricos e, eventualmente entrariam na política levados pela tradição familiar; enquanto Lula seria no máximo um Deputado Federal eleito pelos sindicatos e Dilma talvez nunca tivesse saído de Belo Horizonte, assim como Bolsonaro talvez nunca tivesse saído do quartel e não estaria hoje no centro do Poder nos fazendo passar tamanha vergonha alheia

Portanto, aqueles que odeiam tanto a esquerda, a ponto de golpear a democracia em 1964 e agora, não deveriam

defender Golpes de Estado e Regimes Militares, explícitos ou disfarçados, porque o que mais odeiam surge ou se fortalece justamente quando se desvia o curso natural e democrático da História.

Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml?fbclid=IwAR0GSDLUxn-0V6-AfmnFcFocVGfLAuQWayqL6f7Rwp-YA7JNIViOfxFl-hoCo>

O TERCEIRO CICLO

28/07/2020

Sendo o Brasil a democracia liberal com a mais estúpida concentração de renda do planeta é uma derivativa lógica que haja aqui muito mais pobres do que ricos. Portanto, por ser uma democracia com muitos pobres só ganham as eleições quem consegue conectar se com esses pobres.

Durante a ditadura militar (1964 a 1985) e no período da redemocratização e reforma do Estado (1985 a 2000) o valor do salário mínimo, um dos indicadores de concentração de renda, foi corroído pela inflação; e, sem uma política pública de correção, esse valor desceu aos mesmos níveis de poder de compra dos anos 1950 e do início dos anos 1960.

Inflação, baixos salários e concentração de renda eram os três grandes problemas que teriam potencial para es-

tabelecer a conexão necessária com as classes mais baixas que garantissem vitórias eleitorais.

Os dois primeiros foram enfrentados com relativo sucesso nos ciclos de poder de PSDB e PT. Já a questão da concentração de renda é um problema que ninguém ousou enfrentar verdadeiramente, muito embora ele esteja na raiz de muitos outros, incluindo inflação e baixos salários.

No período pós redemocratização quem primeiramente estabeleceu essa conexão foi o PSDB que se dedicou ao combate à inflação. A eleição de FHC em 1994, na esteira do Plano Real, se dá porque o controle da inflação e a valorização da moeda era uma pauta que falava diretamente com os mais pobres na medida em que deixavam de ter a pouca renda que recebiam, sobretudo na forma de um salário mínimo defasado, corroído antes mesmo que pudessem gastá-lo.

Ao conseguir o controle da inflação, FHC se conecta diretamente com a parcela da população que decide as eleições. Superada essa agenda pessoal de FHC, a conexão se desfez porque FHC só entende a pobreza academicamente e o PSDB nem isso.

O PSDB não se conecta com os pobres, não entende suas necessidades e sua linguagem e é por isso que perde eleições nacionais seguidamente, mas cria uma dinastia no Tucanistão, que é o estado de São Paulo. Aqui, ninguém se acha pobre, nem os pobres

O próximo ciclo de conexão foi o do PT que também elege uma pauta prioritária que conversa com os mais pobres: o combate à desigualdade, expresso de maneira simplista em baixos salários.

A primeira hipótese explicativa para essa conexão é que as políticas públicas implementadas durante o ciclo petista refletem uma combinação de políticas sociais e econômicas, com crescimento da renda e da escolaridade, associados a estratégias regionais de desenvolvimento.

Essa combinação se torna exitosa porque conversa de maneira imediata com os que não possuíam trabalho ou renda sustentáveis ao transferir renda e valorizar salários, com isso, abre a perspectiva de que esse ciclo seja de longa duração porque está associado às estratégias regionais de desenvolvimento que representam novos e melhores empregos e estabelece compromissos com o futuro dessas pessoas ao fortalecer políticas de acesso educacional capaz de quebrar o ciclo vicioso da pobreza, através de políticas públicas intergeracionais.

No ciclo petista de poder, a redução da pobreza e das desigualdades passou a ser tratada como uma Política de Estado e não de Governo.

Como resultado dessa mudança de visão, boa parte das políticas públicas com esses objetivos foram constitucionalizadas por meio de Emendas Constitucionais para que fosse garantida sua perenidade mesmo com a chegada ao Governos de outras forças políticas.

Emendas Constitucionais deram a segurança jurídica e política para a adoção de diferentes iniciativas de políticas de transferência de renda, de política de valorização do salário mínimo e de expansão dos recursos destinados à educação.

Os efeitos dessas Emendas na economia retroalimentaram iniciativas e incentivos ao aumento do emprego formal, ao aumento do investimento público em infraestrutura, ao crédito imobiliário e ao incentivo para aumento da produção e do consumo no mercado interno.

O paradoxo é que durante esse ciclo, o PT se conecta com as classes mais pobres da população proporcionando e garantindo que aumentem sua renda presente e futura e isso rompe essa conexão. Não porque o partido não entenda suas necessidades e sua linguagem, mas porque a classe mais desfavorecida, depois de 14 anos, já não se enxerga mais como tal e, satisfeitas as necessidades materiais faltou atender necessidades simbólicas associadas aos valores das classes médias.

Com a inflação controlada e a renda média da população crescendo – apenas como exemplo, o salário mínimo em janeiro de 2012 chegou ao pico de US\$ 350,00, mais que o triplo do valor médio do período militar e do período da redemocratização e reforma do Estado – surge a necessidade das novas forças que disputariam o poder político pelo voto, depois de golpe de 2016, estabeleceu-

rem uma nova conexão com as camadas mais pobres da população que não passem pelas pautas identificadas com o PT ou com o PSDB.

A opção de “nova direita” que elege Bolsonaro é se conectar com essas camadas pelos discursos lastreados por valores morais e pelo combate a inimigos imaginários como a ameaça do comunismo, a ideologia de gênero e a doutrinação educacional e religiosa.

Esse discurso tem forte aderência em uma população que está minimamente atendida em suas necessidades básicas, que não precisa se preocupar com a desvalorização da moeda ou em conseguir fazer 3 refeições por dia. Insuflado por um elaborado discurso anticorrupção bombardeado diuturnamente pela mídia, a parcela da população que decide as eleições embarca em um discurso vazio e de difícil comprovação de sua realização.

Queiramos ou não, gostemos ou não, esse discurso – por razões bastante complexas que vão desde questões internas, como aspectos religiosos das grandes cidades até movimentos de uma guerra híbrida no cenário internacional envolvendo a geopolítica das novas relações multipolarizadas – se conecta com essa população mais pobre e elege o mais improvável de todos os candidatos possíveis ou imagináveis.

O grande dilema de Bolsonaro, dado o absurdo da sua eleição e o desafio de conduzir o país para uma retomada econômica pós pandemia, é manter

essa conexão com o eleitorado baseada exclusivamente em questões ideológicas e em valores morais.

Com o desemprego em alta, a renda da população despencando e o risco real de não haver mais 3 refeições por dia para boa parte da população, será necessário estabelecer políticas públicas de verdade para não ser descartado em 2022.

Se por um lado ele precisa entregar políticas públicas que redistribuam renda e aumentem o nível de emprego e de alguma forma aqueçam a economia, por outro, ele se recusa, ou não possui a capacidade de usar o poder do Estado para isso.

Nestes 4 anos, sim, eu já não vejo o impeachment como uma possibilidade concreta nesse momento, o ultraliberalismo de Paulo Guedes que veio a reboque da eleição de Bolsonaro fará um enorme estrago na economia, concentrará ainda mais a renda no país e provocará um alinhamento automático com os interesses americanos que, de maneira alguma ajudarão em uma campanha de reeleição.

Temos, portanto, pouco mais de 2 anos para encontrar um novo discurso que possibilite essa reconexão com as camadas mais pobres da população e preparar as políticas públicas que diminuam o estrago do pior governo que esse país já teve.

POR QUE A GENTE PENSA ASSIM?

15/06/2020

A pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”, aponta que a satisfação dos brasileiros com a democracia sofreu uma queda desde que Bolsonaro chegou à presidência: de 32,9% caiu para 25,1%. Por essa mesma pesquisa, sabemos que 59,7% dos entrevistados declararam que um Golpe de Estado é injustificável em qualquer hipótese.

Esse é o tipo de pesquisa que a pergunta causa mais estranheza que as respostas. Em nenhuma democracia séria faz sentido perguntar às pessoas se elas estão satisfeitas com a democracia. Elas simplesmente não pensam em outros modelos de organização política. Perguntar sobre Golpes de Estado, então, faz menos sentido ainda.

Por aqui, no entanto, essa pesquisa é feita periodicamente e na última edição constatou-se que 1 em cada 4 brasileiros estão insatisfeitos com o modelo democrático de governo e 4 em cada 10 consideram que Golpes de Estado podem ser justificáveis em determinadas situações.

A pergunta que me parece fazer mais sentido é por que a gente pensa assim? Seguem alguns dados que podem nos ajudar a refletir sobre essa característica autoritária e antidemocrática do brasileiro que se consolida com Bolsonaro, mas que vem de há muito tempo

Ninguém, no Brasil, que tenha nascido depois da Proclamação da República há 130 anos e tenha vivido pelo menos 50 anos, passou toda sua vida sem testemunhar pelo menos um Golpe de Estado seguido de uma Ditadura ou um período de redemocratização. Ou ambos. Consequentemente, tampouco passou toda sua vida sob uma única Constituição Federal.

Nestes 130 anos de República, 40% do tempo, ou seja, mais de 53 anos fomos governados por militares e apenas 17 das 41 pessoas que ocuparam o cargo de Presidente da República foram eleitos pelo voto direto. Isso quer dizer que 46% do período republicano, o que corresponde a 60 anos, fomos governados por presidentes que deram golpes de Estado ou que substituíram presidentes depostos ou afastados.

Portanto, como vemos, longos períodos democráticos não são a regra no Brasil. A regra tem sido de Golpes de Estado, seguidos de uma nova ordem constitucional. Durante todo o período Republicano foram diversos “movimentos políticos” que interromperam a trajetória democrática e 5 Constituições.

Essa lógica de alternância no poder por vias não democráticas criou na classe política e também na população um ethos, uma cultura, fortemente complacente com a violência política.

Por isso existem políticos como Bolsonaro. Ele é simplesmente um reflexo muito torto, mas ainda sim um reflexo da nossa cultura política. Um presi-

Pílulas de Bom Senso – use sem moderação!

dente civil, mas de origem militar, eleito democraticamente, mas que sonha com a Ditadura e com uma nova Constituição. Por isso a gente pensa assim.

Link da Notícia: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/rejeicao-a-golpes-cresceu-no-pais-revela-pesquisa/?fbclid=IwAR1P6xQuEvNvldV1tU9E50zw7xobeHouBOgHusdtqm-94VYQPGYnLDBCQULI>



INSTITUIÇÕES

A CIÊNCIA POLÍTICA TRATA DE NECROPSIA E NÃO DE BIOPSIA.

22/10/2019

Olhando para o que acontece hoje em diversos países, tanto aqui na América do Sul quanto na Europa, o que demonstra que o fenômeno está relacionado às crises cíclicas do Sistema Capitalista, mas não com a posição de centralidade ou de periferia que o país ocupa, cabem algumas considerações para tentar colocar um pouco mais de luz sobre esse tema.

Lembrando que muito do que acontece hoje nestes países mundo a fora tem as mesmas raízes do que ocorreu por aqui durante as Manifestações de 2013 e que, portanto, podem ter as mesmas consequências.

Acredito que muito do que se está elevando à condição principal é mera cortina de fumaça: a repressão policial, a discussão sobre reformas políticas, as demandas do povo na rua, as prioridades na agenda do governo, etc. nada disso é de fato relevante. O que de mais relevante está acontecendo é a mudança do modelo de representação política.

Para o desenvolvimento dessa hipótese, infelizmente, precisamos abandonar momentaneamente alguns conceitos clássicos da Teoria Política ou Sociológica e olhar para outra área do conhecimento que deriva diretamente da Matemática, enquanto Ciência Pura, que é a Teoria das Redes Complexas.

Essa teoria já vinha sendo muito utilizada em Informática, obviamente, mas também na Engenharia, Física,

Química e Biologia para entender o comportamento de coisas como proteínas, vírus, sistemas viários e mais recentemente, Comportamento Social.

A partir do atentado de março de 2004 na Espanha quando milhares de pessoas foram para as ruas em um gigantesco protesto sem uma convocação formal e explícita, cunhou-se o termo “enxameamento” para explicar o fenômeno não mais pelas teorias das ciências humanas e sim pela Teoria das Redes Complexas que estava sendo usada para explicar o comportamento do vôo de pássaros e insetos, daí a origem do termo, por exemplo.

Clássica e historicamente os sistemas de redes de representação política evoluíram em 3 estágios. No primeiro estágio temos o princípio da organização dessa representação, com a presença de um único centro de poder, controle e comando.

Podemos entender com esse modelo os sistemas pré Estado Moderno que nós conhecemos historicamente como os grandes impérios e de certa maneira os sistemas tribais. São sistemas fechados com pouca ou nenhuma inter-relação com outros sistemas.

No segundo estágio, já temos vários centros de poder interagindo dentro do mesmo organismo ou sistema. O Estado Moderno, sobretudo após a Revolução Francesa pode ser representado por este modelo, onde a Igreja, a Burguesia, os Governos, os Políticos, os Exércitos e em certa medida até o Povo

são colocados como centros adjuntos de poder.

Esses já são sistemas abertos, mas ainda com pouca inter-relação com outros sistemas, mas que busca se conectar com centros de poder de mesma natureza fora do sistema nacional ou orgânico, ou seja, enquanto o sistema como um todo tenta preservar uma unicidade, suas partes buscam a conectividade com outros conjuntos de atores sociais.

E, por fim no último estágio que talvez seja o próximo passo, temos cada indivíduo como detentor de uma parte desse poder e que tem demandas próprias, que na verdade são coletivas, mas que são customizadas para parecer individuais, sobretudo no discurso para fora do grupo.

Esses por sua vez, são sistemas totalmente abertos com total inter-relação com outros sistemas, que se conecta com indivíduos com as mesmas demandas individuais e de mesma natureza de dentro e de fora do sistema onde estão localizados, ou seja, desconhecem totalmente as fronteiras do sistema original que são as organizações sociais como Estado, Representação Política, Ideologias, Cultura, Nacionalidade, etc.

O maior problema é que imagino que estejamos neste momento entre dois modelos, em um estado de “anomia social” onde o modelo anterior não serve mais, mas o modelo seguinte ainda não está completamente formatado.

Neste momento o Ecosistema Político, ou essa Rede Social Complexa, está cada vez mais hiper conectada e insustentável e a representação tornou-se a panaceia da qual as organizações (partidos, sindicatos, governos) mais do que precisam, dependem, para se validar.

Sem entrar na discussão sobre a correta definição da representação política, considero que neste momento, essa representação deixou de depender da orientação dos líderes, caudilhos salvadores da pátria e pelegos individuais para ser uma propriedade emergente das redes sociais de colaboração em todo o seu processo de desenvolvimento e difusão.

Por esse ponto de vista, o desenvolvimento dessa nova rede social pela sociedade antecede, em pelo menos três séculos, os fenômenos cyber culturais das mídias sociais.

Quando as pessoas e as comunidades começaram o processo de globalização, sobretudo comercial, passamos a ser definidos justamente pela nossa capacidade de estabelecer grandes redes sociais entre indivíduos distantemente aparentados ou mesmo desconhecidos entre si.

Essa formidável capacidade cooperativa, que as mídias sociais apenas potencializaram, está acelerando a mudança de modelo de Rede que estamos vivendo.

Precisamos necessariamente olhar para esse processo todo como um

organismo vivo que reage e se transforma a cada estímulo que recebe e é por isso que a Ciência Política tem maior dificuldade de entendê-lo em sua inteireza.

A LAVA JATO E O FASCISMO

26/04/2020

A História será sempre um bálsamo para tempos absurdos.

Muitos de nós acreditamos que o Governo Bolsonaro seja formado por políticos incompetentes e militares autoritários que estão colocando em risco as poucas políticas públicas eficientes criadas nos últimos 30 anos.

Não deixa de ser verdade, mas o verdadeiro risco está no pequeno núcleo formado dentro do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas cuja origem, de fato, está em uma classe média que serve aos interesses dos verdadeiros donos do poder: a mídia, o sistema financeiro e parte da intelectualidade nacional que repercute academicamente seu ideário.

Esse núcleo, que tem em Moro e Dallagnol, apenas os rostos mais conhecidos, tornou-se um grupo orgânico e determinado imbuído de uma ideia salvacionista e messiânica que produziu ações impactantes e surpreendentes para mostrar força perante a opinião pública, colocando em risco o modelo de democracia liberal que adotamos e o Estado de Direito que conquistamos através da Constituição Federal de 1988.

Quando você não conseguir entender uma crise política como essa em que nos metemos, busque na história por conjunturas semelhantes e provavelmente você encontrará no passado um retrato do tempo presente.

Renzo de Felice, professor de História da Universidade de Roma, é por unanimidade considerado o maior historiador do fascismo italiano. Para De Felice, o fascismo é uma ideologia revolucionária e modernizadora da classe média, com origem no Iluminismo e que, ao contrário do que muitos pensam, não chega ao poder pela força das armas.

Esse pequeno núcleo não descansa e opera por ondas contínuas, sem intervalo nem descanso, defendendo propostas moralizadoras, para não dar tempo às forças contrárias de esboçar reação. Essas ondas vão em um crescendo de ousadia e audácia, deixando os opositores e os neutros surpreendidos a cada dia.

A audácia e a ousadia só são possíveis pela existência de um fator central: o Fascismo opera contra um regime desgastado, desorganizado, incapaz de reagir, após crises políticas sucessivas como ocorreu na Itália de Mussolini e em outros países europeus do pré guerra.

Em um único país o fascismo chegou pelas armas e pelo golpe militar: na Espanha de Franco. Em Portugal, o Fascismo ascendeu sem luta, pela ruína financeira do Estado que tornou possível convocar um modesto professor de economia para assumir o poder por 40

anos, criando seu próprio fascismo, a União Nacional.

Nos demais, o grande elemento que favoreceu a ascensão do fascismo foi a covardia de todas as estruturas do Estado. Covardia do Rei, do Parlamento, da cúpula do Judiciário, dos empresários. Todos ficaram inertes com a ousadia do pequeno grupo determinado, messiânico e salvacionista, que se considerava o único grupo capaz de salvar o país imbuído de uma missão em que eles acreditam ou fingem acreditar.

Na Alemanha, onde um desdobramento do fascismo, mais agressivo e violento, chegou ao poder em eleições diretas, a audácia veio depois, com Hitler em pouco tempo rompendo a Constituição de Weimar para se tornar ditador.

O fascismo é um movimento no início moralizador e de classe média. A corrupção inevitável vem depois. No começo vem para purificar as instituições, prender os corruptos, modernizar o País. Depois se torna ditadura e cria sua própria corrupção, afastando a corrupção do antigo regime.

De Felice decifra o fascismo em dois ângulos: como história de uma época e como Ideologia salvacionista. Nesta segunda visão, se aplica a qualquer tempo, pois o fascismo é uma ideologia atemporal. Portanto, por óbvio, aplica-se ao atual momento político que vivemos no Brasil.

Basta trocar alguns nomes e situações e teremos um quadro bastante

parecido com o nosso momento atual. Qualquer semelhança com a Operação Lava Jato e seus métodos não é mera coincidência

Pense neste pequeno núcleo determinado como a Força Tarefa da Lava Jato, o Ministério Público, os juízes Sergio Moro, Gabriela Hard e Marcelo Bretas e parte importante dos Tribunais Superiores passando pelo TRF - 4 chegando até o STF e todas as suas ramificações políticas. Pense nas operações por ondas contínuas nas infinitas fases da Operação Lava Jato.

Pense na covardia de todas as estruturas do Estado que permitiram inconstitucionalidades patentes como o processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, prisões sem sentença transitada em julgado e delações premiadas que não se comprovaram.

Pense no fascismo como um movimento no início moralizador e de classe média como aconteceu nas absurdas manifestações na Av. Paulista e em todas as outras capitais com milhões e milhões de patos amarelos pedindo o fim da democracia.

Pense, apenas pense.

A PGR E A CLASSE MÉDIA

18/03/2019

O excesso de protagonismo do Ministério Público deve sua existência a

consolidação de uma classe média nas grandes cidades brasileiras.

Desde o julgamento do mensalão o MP foi marcado por um protagonismo jamais visto em sua história que se formou mediante a articulação da mídia e de uma base social de classe média militante contra o PT.

Os jovens Procuradores de Estado, que estão à frente desse protagonismo, são em sua maioria filhos das camadas médias urbanas que ascenderam socialmente com a estabilização monetária e a Reforma do Estado dos anos 1990.

Em geral, são filhos de burocratas de médio escalão, de uma pequena burguesia urbana e de profissionais liberais que viram a deterioração do trabalho, renda e patrimônio familiar através do processo de hiperinflação da década anterior.

Essas famílias buscaram garantir-lhes as pré-condições necessárias para acessarem, através da estrutura e da segurança das carreiras de Estado, a estabilidade econômica e ascensão social que a iniciativa privada já não podia garantir. Nunca foi por vocação. Sempre foi uma escolha racional.

Após o início da carreira profissional em órgão de Estado, em geral fora dos grandes centros políticos, e da carreira acadêmica longe das Universidades mais conceituadas, formou-se uma casta que comunga o ideário da meritocracia e que passou a associar a desorganização do Estado e a falência das políticas públi-

cas à atuação dos políticos de um modo geral e dos políticos de esquerda de um modo mais específico.

Ao defender a meritocracia em detrimento do sistema eleitoral e da política partidária a partir da sua atuação dentro das estruturas do Estado adotam como bandeiras a reforma político eleitoral e o combate à corrupção.

Em sua visão “despartidarizada” havia a necessidade da derrubada do governo e das forças políticas que o sustentavam para entregá-lo a uma elite tecnicamente capacitada e ideologicamente neutra, ou seja, eles mesmos, ou quem eles entendessem que possuíam estas características.

Uma visão de mundo tão ambígua que estabelece sua influência política a partir de um discurso e uma atuação contra a política e uma estigmatização de alguns partidos através do apoio a outros.

Como esse discurso contra a corrupção e o engessamento do modelo eleitoral correspondia às demandas de parte da população, sobretudo da classe média de onde são oriundos, foram facilmente manipulados pelas forças políticas e midiáticas contrárias ao lulopetismo, que assumiram a direção política do golpe de 2016, mas, secretamente, passaram a enxergar esses jovens Procuradores de Estado, muito mais como ameaça que como aliados.

Como o Ministério Público não tem os mesmos interesses e poderes do

Executivo e do Legislativo ou até mesmo do Judiciário, esse consenso se desfez rapidamente.

Depois de consolidada a alternância no poder por vias não eleitorais e que toda a ação golpista de natureza jurídica foi respaldada pelos tribunais superiores sob a chancela da “institucionalidade democrática” era necessário enquadrá-los na nova ordem política. “Com o Supremo, com tudo”, lembram?

Esse movimento encabeçado pelo diletos e paladinos Procuradores que culminou no golpe caiu como uma luva para que uma extrema direita reinventada, retrógrada e antidemocrática, que adotou o ódio como política, pudesse se eximir da culpa no ataque cerrado ao governo que, apesar de escolhas antipopulares, sobretudo no segundo governo Dilma, dirigiu as principais políticas de igualdade social, de gênero e racial que nunca haviam sido implantadas no País.

Contraditoriamente, a mais icônica operação anticorrupção já levada a cabo no Brasil, a Operação Lava Jato, conduzida exatamente por esse grupo de jovens Procuradores de Estado, só se viabilizou por conta de uma inovação aprovada e implementada no Governo Dilma que viria ser sua principal vítima: a delação premiada ampliada para organizações criminosas. Somente com a delação foi possível coagir grandes empresários a delatar seletivamente em troca de penas alternativas.

A ambição justiceira dos membros da força-tarefa da Lava Jato, todos apro-

vados em disputadíssimos concursos públicos, origina-se principalmente de sua origem de classe, como já foi dito.

A classe média urbana, de onde vem muitos, senão todos, esses jovens Procuradores de Estado, ao ter seus espaços, antes privilegiados, em universidades federais, aeroportos e shoppings ocupados pelos setores populares beneficiados pelo tripé distributivista dos programas de transferência de renda, das medidas de ampliação do crédito para o consumo e das políticas de elevação do salário mínimo, construído ao longo dos governos do PT, novamente expuseram sua particular visão de mundo, sectária e excludente.

Depois de 6 anos de Operação Lava Jato confirma-se seu caráter seletivo e que não se trata de uma cruzada contra o corrupto e violento empresariado brasileiro e seus representantes no Estado, mas uma estratégia muito bem desenhada de “lawfare”, visando interferir diretamente no jogo político.

É claro que em sua atuação ela encontrou e combateu reais casos de corrupção, só que o sistema político e o modelo de representação democrática, com todos os seus defeitos, não pode ser substituído por Procuradores de Estado simplesmente porque esses carecem do mais importante elemento do modelo de democracia liberal moderno: o voto popular.

OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

15/05/2020

Bolsonaro passou mais tempo no Congresso que no quartel. Por que então, há tantos militares no Governo?

Durante os últimos 30 anos, desde que recuperamos o direito de eleger o Presidente da República através de eleições diretas, PT e PSDB estiveram envolvidos diretamente em todas elas e foram responsáveis pela administração federal em 22 desses 30 anos.

Apesar da polarização decorrente do embate eleitoral e político direto em 6 das 8 eleições do período, os dois partidos têm alguns pontos em comum: são democráticos, atuam de maneira orgânica dentro de associações da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, associações patronais e movimentos sociais e possuem uma enorme capilaridade apoiada em milhares de Diretórios e milhões de filiados espalhados por grande parte dos municípios brasileiros.

Essa capilaridade territorial e capacidade de gestão estatal possibilitou a esses partidos exercer o poder, não só no Executivo Federal, mas também em dezenas de governos estaduais e centenas de prefeituras nesse período, de maneira contínua ou alternada.

Para exercer esse poder por tanto tempo e de forma tão pulverizada foi necessária a criação de uma rede impressionante de captação de recursos

humanos nas mais diversas instituições da sociedade civil.

De universidades a ONG's, de empresas privadas a órgãos públicos, de sindicatos a associações de classe, atores políticos foram cooptados para atuar nas mais diferentes áreas e nos mais diversos níveis da estrutura estatal como burocratas ou gestores públicos.

Claro que esses partidos também foram responsáveis por boa parte da capacitação desses atores para que atuassem com eficiência dentro das estruturas estatais que passaram a gerir.

Neste período PT e PSDB foram responsáveis pelos dois períodos de autoridade política estável que tivemos e que lhes deu o controle sobre a “máquina pública” e a capacidade de produzir narrativas sobre a agenda política do país que, por capilaridade e por gravidade, se espraiaram pelas agendas dos entes subnacionais.

No seu ciclo o PSDB, conseguiu estabelecer o controle da inflação e a estabilidade da moeda, produziu a reforma do arcabouço jurídico herdado do Regime Militar desmontando o que se convencionou chamar de entulho autoritário e o PT foi o responsável por dar continuidade dessa agenda, mas prioritariamente se dedicou a agenda do combate à pobreza e à desigualdade, a expansão do consumo e do crédito para classes mais baixas e a construção de um pensamento estratégico de inserção do país no redesenho global de um mundo multipolarizado pós Guerra Fria.

Para fazer isso foram necessários milhares de pessoas nos mais diversos postos da administração pública, cada um e cada uma dentro das suas áreas de conhecimento, mas alinhados com uma visão de mundo dirigida e orientada pela visão de mundo de um desses partidos.

Não é isso, mas se quiserem podem chamar de aparelhamento político do Estado. Sem ele, as políticas públicas simplesmente não acontecem. É incrível a quantidade de boas ideias e bons projetos que não deram certo porque a burocracia estatal de médio escalão não “comprou a ideia” ou porque os operadores da política pública entenderam com muito mais clareza que seus gestores outras dimensões do problema que impediria sua plena execução.

Isso tudo para dizer que candidaturas como a de Bolsonaro serviriam apenas para dar visibilidade e fortalecer as candidaturas proporcionais para Deputados porque a PEC 33/2017 estabeleceu que, a partir dos resultados das eleições de 2018, serão utilizadas cláusulas de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de rádio e televisão.

Isso tudo para dizer que todas as medidas implementadas até aqui por Bolsonaro fazem parte de um Plano de Governo que não foi feito para ser implementado, na verdade nem há um Plano de Governo na acepção do termo. Nem eles esperavam ir tão longe.

Outro ponto é que falta ao ajuntamento de malucos sectários e despreparados oportunistas que formam o gabinete de Bolsonaro as devidas capacidades estatais para formular políticas públicas minimamente coerente e eficazes.

O PSL/Aliança não tem experiência administrava ou parlamentar e as demais bancadas temáticas, lembrem-se que Bolsonaro optou por relegar o diálogo com partidos, não foram atendidos em suas demandas por cargos, medidas e verbas o que impossibilitou a formação de base política que lhe dessa sustentação e por isso o governo não consegue definir uma pauta de consenso ou uma estratégia de atuação e negociação com a sociedade e com as forças políticas e os demais poderes instituídos e por isso vem acumulando derrotas.

Sem um plano de governo minimamente coerente e sem as devidas capacidades estatais para implementar qualquer coisa em seu lugar, Bolsonaro se viu obrigado a recorrer aos militares, que têm junto à sociedade uma imagem de competência funcional e planejamento estratégico claro e valores como nacionalismo e probidade. Essa imagem é discutível, mas esse é um outro capítulo. Os militares, portanto, embarcaram no governo como os quadros políticos que as forças político partidárias que elegeram Bolsonaro não foram capazes de criar.

Já os militares que estão embarcando no governo e que não são poucos; o último levantamento que encontrei,

aponta 2.897 de integrantes das Forças Armadas cedidos a órgãos da administração federal; são em sua maioria filhos das camadas médias urbanas que ascenderam socialmente com a estabilização monetária e a Reforma do Estado dos anos 1990.

Em geral, são oriundos de famílias de militares de carreira que fazem parte dessa pequena casta urbana sustentada pelo Estado ou de profissionais liberais que formam a pequena burguesia Nacional. Essa “classe média” viu a deterioração do trabalho, renda e patrimônio familiar através do processo de hiperinflação dos anos 1980. Essas famílias buscaram garantir-lhes as pré-condições necessárias para acessarem, através da estrutura e da segurança de uma carreira de Estado, a estabilidade econômica e ascensão social que a iniciativa privada não podia garantir. Nem sempre foi por vocação. Sempre foi uma escolha racional.

Essa sua visão “despartidarizada” (“Brasil acima de tudo”, “Meu partido é o Brasil” e coisas do tipo), antecede as palavras de ordem do bolsonarismo, aliás lhe inspiram, havia a necessidade da saída do jogo político tradicional e derubada das forças políticas que o sustentavam para entregá-lo a uma elite tecnicamente capacitada e ideologicamente neutra, ou seja, eles mesmos, ou quem eles entendessem que possuíam estas características.

Por fim, por um lado Bolsonaro precisa de gente para assumir posições

nas estruturas de Estado que deveriam ser ocupadas por quadros políticos que ele não tem para lançar mão, por outro lado parte importante das Forças Armadas se consideram preparadas, embora não sejam, para assumir essas posições em troca da possibilidade de ascensão social e financeira em um nível que a carreira militar nem sempre consegue proporcionar.

PARA ONDE FOI A CONSCIÊNCIA DE CLASSE?

19/12/2019

A consciência de classe, tanto burguesa quanto proletária, se desmanchou após a 2ª GG em consequência de um pacto entre trabalhadores, representado por Sindicatos e Partidos e patrões representados por Associações e Governos, que fortaleceu o Estado (política e financeiramente) criando um anteparo aos conflitos clássicos e históricos de Capital e Trabalho.

A criação de um super Estado financeiramente poderoso e ideologicamente direcionado que retirou recursos da burguesia através de um brutal aumento de impostos em troca de um maior controle sobre às demandas proletárias, foi a contrapartida para o repasse indireto desses recursos para a classe trabalhadora através de Políticas Públicas de Saúde, Segurança, Educação e Previdência.

Essa foi uma das contribuições da Social Democracia europeia no que se convencionou chamar de Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social e o resultado desse movimento foi uma trégua de 3 ou 4 décadas sobretudo na Europa e que chegou à periferia do Capitalismo como o Brasil com pelo menos 20 anos de atraso.

Enquanto isso era claro e os capitalistas eram eminentemente industriais e os proletários eminentemente operários, o pacto funcionou.

Esse “acordo” começou a “fazer água” quando acabou o dinheiro por conta das crises do capitalismo, a do petróleo, por exemplo, para bancar as demandas crescentes por políticas sociais pressionadas por diversos fatores de origem demográfica (migração internacional e envelhecimento da população, basicamente).

Com as crises, cada classe ou grupo quis cuidar dos seus próprios interesses: capitalistas industriais contra financeiros, rentistas contra produtivistas. E do outro lado, operários contra funcionários públicos, classe média autônoma contra profissionais liberais assalariados, aposentados contra trabalhadores... etc.

Tudo isso, em meio a uma crise do sistema de representação política representado da democracia liberal onde ninguém estava mais representando ninguém.

Ou seja, diversos interesses de ambos os lados em conflitos internos e externos.

O maior problema é que imagino que estejamos entre dois modelos, em um estado de “anomia social” onde o modelo anterior não serve mais, mas o modelo seguinte ainda não está formatado.

Neste momento o ecossistema político está cada vez mais hiper conectado e instável, e a representação tornou-se a panaceia da qual as organizações (partidos, sindicatos, governos) precisam para se validar.

Sem entrar na discussão sobre a correta definição da representação política, considero que neste momento, essa representação deixou de depender da orientação dos líderes, caudilhos salvadores da pátria e pelegos individuais para ser uma propriedade emergente das redes sociais de colaboração em todo o seu processo de desenvolvimento e difusão.

Ou como diria Antônio Gramsci em Cadernos do Cárcere: “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”.



Desenhado para ficar mais claro.

SOBRE AS INDICAÇÕES PARA O STF

30/04/2020

Bolsonaro critica Alexandre Moraes por sua amizade com Temer, assim como tem gente que critica Gilmar Mendes por sua aproximação com FHC ou Toffoli com Lula e Dilma. Isso se dá porque as pessoas parecem vincular o voto ou as posições de um Ministro a sua indicação presidencial para a Corte, no entanto isso é uma falsa polêmica.

A indicação presidencial definitivamente não é o critério que os Ministros do STF adotam para se posicionar perante as questões que lhes são apresentadas para opinar ou para decidir, seja monocraticamente, seja em turma ou colegiado quando a Corte é provocada por outros Poderes ou pela sociedade.

Obviamente todo Ministro do STF ou de qualquer outra Corte Superior não está isento de um viés político em suas decisões. Isso só causa estranheza onde se acredita que o Poder Judiciário é um poder isento de pressões e interesses.

A discussão de fundo, na verdade, não está no alinhamento político de alguns Ministros em função da inevitável indicação presidencial de seu nome para a Corte Suprema. Se não há um alinhamento político, deveria haver, no mínimo, um certo constrangimento no julgamento de causas contra o grupo político que o indicou ao STF, mas não é isso que ocorre.

Os próprios Ministros fingem acreditar nesta falaciosa isenção e fazem contorcionismos retóricos para que decisões políticas pareçam baseadas em argumentos técnicos. E dá-lhe juridiquês.

Com a máxima vênia, a discussão de fundo que deveria estar sendo travada é sobre a origem e a formação do Ministros do STF e não sobre seu inevitável alinhamento político com esse ou aquele grupo político.

Ao longo da sua história, o STF já teve 167 Ministros que formaram a elite jurídica brasileira e que, por óbvio, também fizeram parte e estavam alinhados com a elite social, econômica e política do país em suas épocas.

Uma elite que vem de algumas Escolas de Direito bem específicas: Largo São Francisco, Federal do RJ e Federal de PE. Mais da metade (55%) de todos esses 167 Ministros da história do STF, graduaram-se nessas Faculdades.

Dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco vieram nada mais, nada menos que 79% desses Ministros, porque se o Ministro não se graduou naquelas 3 faculdades, 100% de suas pós-graduações foram nelas...

Portanto, não é a indicação presidencial que estabelece o alinhamento político de um Ministro do STF. Para eles o fator determinante em suas decisões são sua formação e suas relações pessoais, acadêmicas e profissionais e isso se forma ao longo da vida e não apenas no momento da indicação.

O STF e suas excelências tomam decisões que deveriam, sobretudo, respeitar a Constituição sem qualquer viés político, mas nem sempre é assim. Conceitualmente, se uma decisão termina por beneficiar Fulano ou Sicrano ou demonstrar um maior alinhamento com esse ou com aquele grupo político é outra falsa polêmica que se dá, porque o STF, desde o Mensalão, mas sobretudo desde a Lava Jato, decidiu agir ainda mais como agente político e se acovardou diante dessa discussão desde 2009.



GOVERNABILIDADE

A NOVA POLÍTICA DE BOLSONARO NASCEU VELHA

18/06/2020

A promessa do Governo Bolsonaro era reduzir para 15 o número de Ministérios. Com a recriação do Ministério das Comunicações já são 23, sendo 17 Ministérios, 2 Secretarias e 4 Órgãos equivalentes a Ministérios.

Primeiramente há um grupo de 3 Ministérios que não são de Governo, são de Estado e são responsáveis por manter e garantir funções e deveres de Estado: o Ministério da Justiça, o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Defesa. Este grupo não garante apoios à governabilidade

O Ministério da Justiça deveria ser a pasta com mais poderes e com a

atuação ampliada porque incorporou o extinto Ministério da Segurança Pública criado na Gestão Temer.

Mas Sérgio Moro não disse a que veio e saiu do Governo deixando o Ministério esvaziado tornando o um escritório de advocacia para defender outros ministros.

Os outros 2 Ministérios desse grupo, Relações Exteriores e Defesa, estão nas mãos de pessoas muito próximas de Bolsonaro, mas sem uma ligação partidária e sem representatividade junto aos Servidores de Carreira de Estado e das Forças Armadas que são quem, de fato, deveriam dar o direcionamento das Políticas de Estado dessas Pastas.

Em um segundo grupo está o que pode ser considerado o “Núcleo Duro”

do Governo e os principais Órgãos de Controle e Gestão. São eles: a Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional ocupados por militares e a Secretaria de Comunicação Social, que passará a atuar de dentro do Ministério das Comunicações, a Advocacia e a Controladoria Geral da União que deveriam ser órgãos eminentemente técnicos. Este grupo também não garante apoios à governabilidade

A Casa Civil e essas Secretarias e Órgãos estão ocupadas por Militares do alto escalão das Forças Armadas, da ativa e da reserva, e por Servidores de Carreira de Estado que claramente estão alinhados com o Presidente formando seu grupo de assessores mais próximos.

No próximo grupo estão os Ministérios da Economia, Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Agricultura e o Banco Central. Este grupo ajuda a manter o apoio do mercado e do empresariado.

No redesenho do Ministério da Economia; os extintos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, juntamente com Indústria e Comércio, Previdência e Trabalho foram fundidos à Fazenda dentro de um superministério conforme impôs Paulo Guedes para aceitar ir para o Governo.

Paulo Guedes não tem filiação partidária e esse grupo de ministros não foram convidados em função dos seus vínculos com partidos. Ainda assim, estão alinhados com o Presidente e seu

“Núcleo Duro” de poder e são a eminência parda e a reserva técnica que fazem o contraponto ao poder militar e ideológico que ainda sustenta Bolsonaro junto ao mercado.

Os demais Ministérios ou são ligados à Infraestrutura e Produção Econômica, como Comunicação, Minas e Energia, Meio Ambiente, Turismo e Ciência e Tecnologia ou a Serviços de Assistência Social como Saúde, Educação, Cidadania e Direitos Humanos.

Todas essas pastas serviram para abrigar pessoas que foram importantes na campanha de Bolsonaro ou que poderiam fazer bem para imagem do governo e agora serão as “moedas de troca” com que Bolsonaro tentará manter o mínimo de governabilidade para chegar até 2022.

A partir de agora, quando o impeachment bate à porta e o STF estica a corda, Bolsonaro precisará negociar intensamente com o Centrão para garantir uma base consistente na Câmara que consiga preservar o seu mandato.

Assim como fez com o Ministério das Comunicações, outras pastas deverão ser recriadas ou desmembradas dos Ministérios atuais e alguns ministros serão sacrificados em nome da governabilidade.

As minhas apostas mais imediatas são o desmembramento do Ministério da Justiça com a recriação do Ministério da Segurança Pública e a entrega de alguns dos Ministérios desse último gru-

po para o Centrão. As opções mais óbvias são Educação, Saúde, Cidadania e Ciência e Tecnologia e Minas e Energia.

Os demais Ministérios desse grupo ou estão ocupados por gente que não pode sair do governo como o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio ou são pastas que ninguém quer, como a de Direitos Humanos da Damares Alves.

Mais a frente, se necessário, o superministério de Paulo Guedes também poderá ser desmembrado abrindo pelo menos 4 novas pastas: Planejamento, Orçamento e Gestão; Indústria e Comércio, Previdência e Trabalho. O Centrão agradece.

Portanto, o que deveria ser um Gabinete com 15 pastas já está com 23, mas tem potencial de chegar a 30 com boa parte delas ocupadas por militares e pelo Centrão.

A nova política de Bolsonaro sofre de um envelhecimento prematuro e acelerado.

Link da notícia: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-recria-ministerio-das-comunicacoes-e-da-pasta-ao-centrao/?fbclid=IwAR1wXEWfSyOkbcm0fx7drT6FhZROR-fBV9e3xrSrf_XpFUuVf6A4W1aBBArE

AS OPÇÕES DE BOLSONARO

15/03/2020

A interrupção de mais um governo eleito, e eu não vou entrar no mérito da sua eleição ou da influência que o Golpe de 2016 teve sobre ela, se dará por um absoluto fracasso da agenda econômica ou pelo envolvimento do Presidente com os crimes comuns, cada vez mais evidentes, cometidos pelo seu clã ou ainda pelos diversos crimes de responsabilidade dele próprio.

A primeira possibilidade parece cada vez mais próxima uma vez que a Economia continua a não dar sinais de recuperação porque as medidas implementadas pelo Governo neste sentido, praticamente inexistiram e a decisão do empresariado de parar de se auto sabotar para interferir na agenda política e assim parar de perder dinheiro será impedida por uma junção de uma pandemia sem precedentes e pelos circuit breakers gerado pela atual crise do petróleo.

Já a possibilidade de envolvimento com as ações criminosas de seu clã ou seus próprios crimes de responsabilidade parecem mais próxima do que nunca. Em se comprovando os primeiros, ou se denunciando os segundos, esperem por uma renúncia e não por um impeachment.

Um impeachment teria que surgir a partir dos crimes de responsabilidade do próprio presidente que dissolvesse sua base no Congresso. Crimes de responsabilidade há vários, mas ambiente

para impeachment no Congresso está longe de ser consenso.

Os “Donos do Poder”, como diria Raimundo Faoro, só blindarão Bolsonaro de uma eventual desidratação política que o leve à renúncia ou a algo pior, se este conseguir garantir uma governabilidade mínima até as próximas eleições, quando será definitivamente descartado. Em troca dessa blindagem, alguém muito próximo a ele terá que imolado em seu nome

Neste ritmo de crises e crimes em torno do Presidente a já fragilizada governabilidade não se manterá em pé até o fim do seu mandato como demonstram as recentes derrotas no Congresso e no Supremo.

Dada a sua incapacidade de entender e equacionar problemas complexos, o governo tenderá a perder apoios importantes por não conseguir construir consensos mínimos.

No modelo de democracia adotado pelos Estados modernos, há um número muito maior de demandas da sociedade do que de capacidade de resposta do sistema político que, fora dos consensos mínimos, obriga as instituições a atuar acima da sua capacidade de promover distensionamentos.

Como o poder nos regimes democráticos modernos se divide entre diversos atores sociais, além do governo, do Parlamento e do sistema jurídico, esse poder se tornou difuso, difícil de mapear

e de cooptar pelos elementos tradicionais da política institucional.

Portanto, para permanecer atuando e implementando a agenda ultraliberal e a pauta conservadora que o elegeu há duas possibilidades, mas ambas enfraquecem sua governabilidade.

A primeira é o caminho em direção da autocracia, um eufemismo para ditadura, que diminuiria a dispersão do poder, concentrando-o em um número menor de atores políticos, mas com custos econômicos evidentes, dado o nível de integração da nossa economia no contexto mundial.

Essa possibilidade vai contra os interesses de parte da sua base de sustentação política que apostou na sua eleição como ferramenta de implantação da agenda ultraliberal.

A outra possibilidade vai no caminho contrário. É o caminho de volta à democracia, reconstruindo a capacidade de diálogo com a sociedade civil e mantendo a dispersão do poder, mas qualificando o diálogo com um número maior de atores políticos envolvidos, incluindo aqueles que foram qualificados como inimigos na campanha com custos políticos evidentes, dado o nível de polarização do debate político atual.

Essa outra possibilidade, por sua vez, vai contra os interesses da outra parte da sua base de sustentação política que apostou na sua eleição como ferramenta de implantação de uma pauta conservadora em relação aos costumes

e que atua contra o aumento e a qualificação desse diálogo com aqueles que foram qualificados como inimigos. Este gesto seria visto como uma traição aos valores morais que ajudaram a elegê-lo.

Está dado o impasse de manutenção da governabilidade sem a qual o governo Bolsonaro não se manterá em pé até o fim do seu mandato.

FRENTE AMPLA – 70%

05/07/2020

Sobre o clamor popular representado por essa mobilização virtual, por esse consenso forjado, por essa unanimidade dos 70% contra Bolsonaro, tenho alguns pontos a considerar:

Enquanto esse “clamor popular” não colocar mais de 1 milhão de pessoas nas ruas como ocorreu na década de 1980 e no pré-impeachment de Dilma e quase isso nas manifestações dos “caras pintadas” contra Collor na década de 1990 não será visto como pressão popular.

E, para sorte de Bolsonaro, a pandemia deixa essa tarefa ainda mais difícil.

Enquanto Lula e o PT forem decisivos no processo eleitoral não haverá espaço para negociação de alternativas com esse Congresso que aí está e que, queiramos ou não, detém o monopólio

da mudança dessa institucionalidade em vigor.

E para sorte de Bolsonaro o Centrão abriu o balcão de negociações.

A alternativa de uma decisão via STF ou TSE (impeachment do presidente ou cassação da chapa) que abrevie esse Governo e dê forma às correções necessárias, seria uma interferência que não contribuiria para a solução, muito pelo contrário.

E, para sorte de Bolsonaro, o STF dorme em cima das togas e o PGR sonha com uma vaga sob esse dossel.

Ao fim e ao cabo, a interrupção de mais um mandato neste momento é uma alternativa tão ruim como é a sua continuidade.

Mesmo que não seja um golpe, como o que houve com Dilma, afastada da Presidência sem crime de responsabilidade, já que no caso de Bolsonaro há pelo menos uma dúzia de atos que poderiam iniciar esse processo, falta um Eduardo Cunha para articular isso.

E, para sorte de Bolsonaro Rodrigo Maia tem pretensões políticas e históricas e responsabilidade e respeito institucional muito maiores que Eduardo Cunha.

Portanto, está dado o impasse:

Bolsonaro não pode ficar no Governo, seja porque é incapaz para o cargo, seja porque está claramente implicado em crimes de responsabilidade.

E há os crimes comuns, seja porque a coalizão de forças que o colocou lá resolveu abandoná-lo à própria sorte, o fato é que não há como mantê-lo onde nunca deveria ter chegado, mas isso não quer dizer que podemos colocar quem quisermos.

Não haverá eleições diretas se houver uma chance, mesmo que remota, de vitória do PT e a alternativa Mourão só acrescenta um pouco de verniz sobre a madeira podre em que se alicerça esse governo.

E, para sorte de Bolsonaro, o medo da volta do PT é igual ou maior que o medo de um golpe.

A substituição tem que se dar dentro do que mais próximo há da legalidade, ou seja, nas eleições em 2022, de acordo com o calendário.

Não é porque vivemos as consequências de um golpe que vou concordar com mais inconstitucionalidades, ou isso, ou como disse um certo Passarinho: “às favas, senhor presidente, com os escrúpulos de consciência”.

Também não tenho a menor simpatia por Bolsonaro ou por esse Congresso presidido por Rodrigo Maia, mas não nos esqueçamos que eles foram eleitos. O primeiro por 57 milhões de votos e o segundo representa 513 Deputados que juntos tiveram uma quantidade de votos ainda maior.

Queremos o fim desse governo não faz com que isso aconteça, muito

menos faz com que seja legal ou que seja bom.

Neste momento é preciso trabalhar com a máxima política sintetizada por Antonio Gramsci na fórmula do caminho entre o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade”.

O otimismo da vontade nos diz que Bolsonaro cairá, mas o pessimismo da razão diz que o sucessor não reverterá o desgoverno em curso.

Precisamos entender que antes de 2022 haverá novas eleições ainda esse ano, com ou sem pandemia, e é lá que precisamos começar a virar esse jogo, mas não vejo ninguém falando disso. A tragédia de 2018 foi anunciada em 2016. Basta olhar os números.

Ao meu ver devemos torcer e lutar para que cheguemos a 2022 com um mínimo de instituições funcionando e com a retomada de processo democrático abortado pela crise política causada pela falência do modelo de presidencialismo de coalizão, incapaz de entender as demandas reais da população e minimamente mitigar as consequências de suas escolhas de ajuste macroeconômico e pela falência do sistema de representatividade política que provocou a alternância no poder pelo fígado e não pela razão.

E isso já é bastante coisa e começa nas eleições desse ano para as quais, para sorte de Bolsonaro, já estamos atrasados.

BOLSONARO TERÁ QUE SER VENCIDO NAS URNAS

01/08/2020

Por mais que desejemos o fim do governo Bolsonaro, um novo processo de ruptura, seja por um impeachment ou por uma renúncia, não nos levará de volta ao rumo do respeito ao modelo de democracia representativa e do Estado de Direito que começamos a abandonar quando um bando de acéfalos foi para as ruas em 2013.

A crise em que nos metemos, desde que os movimentos orquestrados de 2013 tentaram interferir no resultado da eleição de Dilma Rousseff para o segundo mandato, faz parte de um processo complexo e, infelizmente, de longo prazo.

As dificuldades que estamos vivendo desde então e que culminaram com o desastre que vem sendo o governo Bolsonaro não derivam simplesmente dos inegáveis erros do governo Dilma e das irresponsabilidades de uma oposição que não aceitou as regras do jogo democrático. O desrespeito às instituições e os flertes de Bolsonaro com alternativas fascista e autoritárias que vivemos hoje, fazem parte da nossa tradição política nada democrática.

O processo de ruptura imposta ao modelo democrático, através do impeachment, a consequente alternância no poder por vias não eleitorais e a eleição de um inepto em um processo eleitoral apenas formalmente democrá-

tico, infelizmente são a regra e não a exceção desde que o Brasil se tornou um país independente, mas neste caso de ruptura institucional em particular percebe-se que não se pode, classicamente, classificá-lo como um Golpe contra a Democracia, porque se trata de algo mais complexo.

Analisando mais detidamente todo este processo percebemos que os atores políticos diretamente empenhados em reduzir o mandato da Presidente Dilma e indiretamente inviabilizar uma nova candidatura de Lula em 2018 e patrocinar a descontinuidade da gestão petista com a ascensão, primeiramente de Michel Temer e das forças derrotadas na eleição de 2014 e, em um segundo momento, possibilitar a vitória de Bolsonaro, estão fazendo algo diferente e mais complexo do que um puro e simples atentado à democracia

Embora aqueles atores políticos talvez não percebessem ao patrocinarem aquele movimento de ruptura que terminou elegendo Bolsonaro, mas o que fizeram não colocou apenas a democracia em risco. Na verdade, todo esse processo colocou em risco o modelo de representatividade política que adotamos há mais de 200 anos.

Ao negar a legitimidade do processo eleitoral de 2014 e as regras acordadas eles propuseram, de maneira quase irresponsável, a substituição da representatividade política com suas regras definidas, sobretudo por mandatos bem definidos e direitos constitucionalmente

assegurados, pela tentativa de imposição de uma forma de democracia direta e auto delegada que posteriormente foi levada ao limite pela extrema direita bolsonarista, via rede sociais

Por trás do direito legítimo às manifestações populares inspirado por palavras de ordem como “abaixo a corrupção” ou “em defesa da democracia” houve um esvaziamento perigoso das funções, também legítimas, do Parlamento e dos mecanismos legitimados de representação popular.

Como disse o Professor Gabriel Cohn em 2016: “as ruas não substituem as urnas e o insulto não substitui o argumento”, que poderíamos atualizar para 2020 da seguinte forma: “as redes não substituem as urnas e as fake news não substituem o argumento.

O exercício democrático e necessário da oposição não pode ser substituído pela atitude irresponsável e criminosa de Aécio Neves ao afirmar “não vamos deixar governar”. Assim como a resistência ou o apoio a um governo não pode se radicalizar com fins eleitorais, imediatos ou futuros. Há uma trilha, um caminho muito estreito entre um e outro que deve ser perseguido.

Mesmo acreditando que o modelo político institucional não corre risco, não porque há uma falta patente de modelos mais eficientes, não porque o modelo de representação direta e auto delegada pleiteado pelos adeptos da substituição das urnas pelas ruas e pelas rede é inviável em sociedades tão complexas e hete-

rogêneas como a nossa, mas, sobretudo, porque o sistema de freios e contrapesos tornou-se, ao longo do tempo, dinâmico o suficiente para absorver pressões de todas as origens, inclusive das ruas e das redes.

O movimento pela democracia direta com ênfase na pressão social em substituição as instituições formalmente constituídas, como se pleiteava em 2013 e que vem sendo estimulado ainda mais por Bolsonaro felizmente a um grupo cada vez menor de radicais digitais, paradoxalmente tem origem no modelo de gestão de políticas públicas, no desenho de modelo de Estado e no formato de representação política trazidos pela Constituição de 1988.

De modo geral, com as grandes questões constitucionais, bem encaminhadas pelo modelo formal de representação, coube aos atores sociais sub-representados a busca por soluções para “questões de varejo e condominiais” para aumentar seu espaço na agenda política.

Esta sociedade, sobretudo a parte representada pela classe média urbana não percebeu o alcance das macro políticas públicas por focalizar sua atenção nessas “questões de varejo e condominiais” fazendo com que recursos importantes, políticos ou financeiros, sejam direcionados para questões de curto prazo e de pouca ou nenhuma relevância para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva que possibilite uma

real ascensão social e redução de desigualdades historicamente construídas

Os direitos em expansão e os avanços na base da sociedade estavam, equivocadamente, sendo vistos como perda de direitos e conquistas das classes mais abastadas. Na verdade, somente com essa expansão de direitos e avanços econômicos e sociais das classes mais populares pode se garantir que toda a sociedade se mantenha minimamente segura e equilibrada; sem isso, é estimular ainda mais a luta de classes, a divisão política, a segregação social e a ruptura, como Bolsonaro vem fazendo.

Cada vez mais torna-se necessário garantir a democracia representativa como único mecanismo capaz de viabilizar a expansão da capacidade de universalizar direitos e demandas. Cada vez mais se torna necessário que o bolsonarismo seja substituído através dos processos da democracia representativa e não por novas rupturas.

Por mais que nos custe como sociedade precisamos manter Bolsonaro no poder até 2022, utilizar todos os mecanismos de freios e contrapeso para conter seus arroubos autoritários e as estruturas da burocracia estatal para corrigir erros em políticas públicas equivocadas e vencer o bolsonarismo nas urnas para evitar lhe dar fôlego político para se manter ocupando um espaço político que nunca deveria ter conquistado.

OS CONFLITOS INTERNOS DO GOVERNO BOLSONARO

21/05/2020

A grande mídia em geral e a Rede Globo em particular, decidiram demonstrar sua força. Por motivos que ainda não estão inteiramente claros, resolveram abandonar Bolsonaro e reorganizar suas tropas sob outro comando.

A mídia nunca esteve sozinha e à frente dessa coalizão porque atua muito mais como uma ferramenta do que como organizadora desse projeto político de implementação do ultra liberalismo no Brasil.

Dentro da mídia corporativa ainda há veículos que apostam, seja por questões de identidade ideológica, como o Estadão; seja por estratégia de mercado, como SBT; seja por ambos como a Record; em uma sobrevivência do governo, mas a força gravitacional da Globo é forte demais e todos os veículos, mais cedo ou mais tarde, entenderão que a queda de Bolsonaro é só uma questão de tempo.

A Globo não tem o poder de vencer eleições. Nunca teve. A exceção talvez tenha sido a vitória de Collor. Se a mídia de fato tivesse esse poder, as vitórias de Lula e Dilma não teriam ocorrido. No entanto a Globo continua tendo a capacidade de desestabilizar governos eleitos quando se sente ameaçada ou contrariada em seus interesses. Não termos a menor simpatia por Bolsonaro não significa que não precisamos entender como e

porque a Globo está atuando para sua queda.

Neste momento, há no governo Bolsonaro dois conflitos sobrepostos. O primeiro é interno ao governo porque Bolsonaro decidiu permanecer e resistir e usar todos os recursos de que dispõe para adquirir os apoios necessários que lhe garantam uma sobrevivência, ainda que frágil. Vem daí sua aproximação com o Centrão, mas o problema para Bolsonaro é que a principal ameaça não vem do Congresso, mas do sistema jurídico.

A maioria parlamentar que o Centrão ele dará, somado a condescendência do PGR e de Rodrigo Maia, em relação aos seus crimes de responsabilidade, lhe dão a garantia de que o impeachment é carta fora do baralho, pelo menos no curto prazo. Mas as investigações sobre as ligações de Flávio Bolsonaro com a PF e a influência dos vazamentos das investigações sobre o Queiroz (aliás, cadê o Queiroz?) sobre o resultado das eleições podem levar a impugnação da chapa Bolsonaro/Mourão. Podem, não quer dizer que vão.

O colegiado que decidirá sobre esse tema é menos suscetível aos agrados que o Executivo pode fazer e tende a seguir o consenso das classes dominantes, que cada vez mais aponta para a substituição de Bolsonaro, mesmo que Mourão tenha que ir junto. Só falta combinar com as Forças Armadas que, na grande maioria do generalato da ativa, adoraria desembarcar dessa canoa furada que os coleguinhas de pijama embar-

caram levando as fardas que não deveriam mais usar.

Bolsonaro hoje é um morto vivo institucional, um defunto político insepulto, para todas as instituições, inclusive para o Exército. Com exceção de sua família e de seus cúmplices mais próximos, todos julgam que rifá-lo é um bom negócio, se com isso superam a crise porque já se perdeu dinheiro demais nessa brincadeira e o objetivo não era esse. Pelo contrário.

O segundo conflito é entre as instituições que ainda sobrevivem a tantas crises e o campo democrático. É aqui que entram as negociações para o pós-Bolsonaro e para o pós-pandemia, não necessariamente nessa ordem. Neste cenário futuro a economia precisa voltar a funcionar em ritmo chinês e isso não ocorrerá com a ala ideológica do governo se portando como sabujo dos EUA e fechando as portas para China, que deverá ser a única economia capitalizada no pós-pandemia; e Guedes e sua equipe já demonstraram que não têm capacidade técnica, ferramental intelectual e articulação política para isso.

A saída da chapa Bolsonaro/Mourão traz consigo a ameaça de novas eleições, mas o golpe de 2016 que levou essa ultradireita anacrônica e xucra ao poder não foi dado para que alguma vontade popular pudesse se expressar, muito pelo contrário. Foi dado para implantar um projeto que as urnas sempre rejeitaram. Por isso que eleições diretas agora, têm que ser evitadas a qual-

quer custo e eleições indiretas no ano que vem, ou diretas em 2022, tem que ocorrer em um cenário muito mais controlado e com atores muito mais confiáveis do que foram nas eleições de 2018.

A relação entre capitalismo e democracia, que sempre foi tensa, precisará ser melhor equacionada no futuro pós pandemia. A mão invisível do mercado precisará ser controlada pelo braço forte do Estado. O recado que precisará ser dado pelas instituições terá que ser muito claro: a vontade popular expressa em eleições livres não poderá ser ignorada pelos projetos neoliberais do mercado.

A regra desse jogo da democracia liberal sempre foi que o capital impunha sua vontade pelos mecanismos do mercado, o que já lhe dava um poder de pressão descomunal, mas a vontade popular das pessoas, que não detêm os meios de produção, tinha a chance de limitar esse poder graças ao processo eleitoral.

No Brasil, desde 2016, esse sistema de freios e contrapesos, em que a vontade popular limita os interesses comerciais, deixou de ser aceita. Ou se retoma esse sistema e se recupera a salvaguarda do poder das urnas ou, parafraseando Darcy Ribeiro, a crise em que nos metemos deixará de ser uma crise pontual e passará a ser um projeto.



ECONOMIA

A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS

05/11/2019

Antes de se posicionar contra ou a favor da privatização da Petrobras ou dos leilões do Pré Sal, que nada mais são do que uma maneira que o Governo encontrou para privatizar o produto, já que não tem força política pra privatizar a empresa, é preciso entender porque a Petrobras é uma empresa estatal.

De acordo com dados do BP Statistical Review of World Energy, o ranking abaixo relaciona as 20 maiores companhias produtoras de petróleo do mundo, responsáveis por uma produção diária de quase 90 milhões de barris de óleo equivalente (boe) de petróleo e gás de um total de aproximadamente

142 milhões produzidos, ou seja, essas companhias petrolíferas produzem quase dois terços de todo petróleo e gás do mundo.

Dessas 20 empresas listadas, 15 são estatais e 5 são multinacionais do ramo de petróleo e gás, sendo que as estatais são responsáveis por 82% do total produzido por essas companhias.

Todas as companhias privadas do ranking foram fundadas no final do século 19 ou nas décadas de 1910 e 1920, quando a iniciativa de construir uma empresa de petróleo podia ser tomada por empreendedores individuais ou familiares em uma época onde ainda não se tinha a dependência mundial por combustíveis fósseis. Não por acaso, todas foram iniciadas em países desenvolvidos

da Europa ou nos EUA, áreas centrais do capitalismo.

Já as companhias estatais são do Mundo Árabe ou da América Latina, ou seja, países da periferia do sistema capitalista, ou da China e da Rússia, países que até bem pouco tempo nem capitalistas eram.

Também, não por coincidência, todas elas, exceto a mexicana Pemex (1938) e a saudita Aramco (1933) foram criadas na segunda metade do século 20, quando já se vivia a dependência dos combustíveis a base de petróleo e o processo de industrialização já havia se consolidado em praticamente todo o mundo, ou seja, em uma época em que empreendimentos individuais já não davam conta da complexidade e do montante de recursos necessários para criar uma companhia que pudesse atuar de maneira relevante nesse mercado.

É nesse contexto que surge a Petrobras como empresa estatal. Uma empresa criada em um país subdesenvolvido, após a Segunda Guerra, dentro de projeto estratégico de desenvolvimento nacional para suportar as demandas crescentes por combustíveis fósseis e por tecnologias de prospecção, produção e distribuição de petróleo a partir da descoberta de reservas importantes em seu território. Lembrando que da época de sua criação até agora não se tem notícia de nenhuma empreitada séria dos “capitalistas” brasileiros para criar algo parecido.

Se hoje, depois de consolidada entre as 20 maiores companhias de petróleo do mundo, a Petrobrás for privatizada, como gostaria o governo Bolsonaro, será a única empresa controlada pela iniciativa privada, entre as maiores do mundo, criada na segunda metade do século 20 em um país da periferia do capitalismo.

E pior, provavelmente seus novos acionistas seriam suas atuais concorrentes, sejam estatais ou privadas.

Talvez o governo Bolsonaro não tente privatizá-la, porque há grande resistência a isso no Congresso, na sociedade Civil e nos Sindicatos e porque o STF proibiu privatizações sem o aval do Congresso, mas que fique bem claro, se o fizer não será porque é estatal ou ineficiente e sim porque há uma decisão política e ideológica baseada no ultra liberalismo que confunde melhoraria da gestão pública com entrega de patrimônio e que nem de longe sabe o que é um projeto estratégico de desenvolvimento nacional.

AS DEFINIÇÕES DE GREVE PRECISAM SER ATUALIZADAS

01/07/2020

Os entregadores de aplicativos, em geral são jovens que cruzam as cidades em motos ou bicicletas, sem nenhum vínculo empregatício e sem nenhum direito trabalhista. São trabalhadores que vivem em um limbo.

Não são funcionários do restaurante, nem de quem pede a comida pelo aplicativo, muito menos são funcionários da empresa que desenvolveu a plataforma que conecta o restaurante ao consumidor.

Trabalham muitas vezes usando uma bicicleta que não é sua e pela qual se paga para usar ou usando uma motocicleta financiada pelo mesmo banco dono da bicicleta, mas ele também não é funcionário desse banco.

Como não “trabalha” em lugar nenhum apesar de trabalhar muito e ganhar pouco, esse empreendedor de si mesmo está fora de qualquer relação formal de trabalho e, portanto, não tem direito à greve ou a qualquer outro direito trabalhista. Sim o direito à greve é um direito constitucional (Artigo 9º da CF 88) garantido aos trabalhadores formais.

No caso dos entregadores de aplicativos não há a possibilidade de uma negociação sindical, não há uma relação tradicional entre patrão e empregados que sustente o seu direito a greve.

Para o sucesso desse movimento grevista, esses trabalhadores passam a depender, da solidariedade dos restaurantes, seus parceiros no “empreendedorismo” para que não busquem novos entregadores, e há muitos disponíveis em um momento de queda de faturamento e alta do desemprego em função da pandemia.

Passam a depender também da compreensão dos consumidores que

precisam evitar o uso dos aplicativos e encarar o supermercado e o fogão em tempos de isolamento social.

Mal comparando, é como se nas greves dos metalúrgicos, os grevistas, para parar as montadoras de veículos, dependessem que o aço para fabricar os carros não fosse entregue pelas usinas e os consumidores abrissem mão de comprar seus carros novos.

Uma greve não pode se alicerçar neste tipo de arranjo ou de solidariedade. Não faz sentido algum. Entendeu o problema que a precarização do trabalho e seus vínculos frouxos trouxeram?

Além de expor esses trabalhadores a todo tipo de risco, físico e emocional, a precarização, ao obrigá-lo a “empreender” para sobreviver em um processo de servidão voluntária, na prática fez com que esse trabalhador, inconscientemente, seja escravizado em troca da sobrevivência.

Isso não é o “novo normal” como virou moda dizer. Primeiro porque não é novo. Isto nos remete às práticas do início do século passado e, segundo, porque não há nada de normal em uma relação onde alguém é tratado de forma análoga à servidão, mesmo que voluntária.

Um dos motivos porque o Estado teve que intervir nas relações trabalhistas, legislando para garantir o direito à greve, por exemplo, é porque como disse Thomas Hobbes em O Leviatã (1651) “o homem é o lobo do homem”. *

Segundo Hobbes, em seu estado natural, o individualismo humano o compele a viver em guerra uns com os outros. É da nossa natureza usurpar e explorar outros seres humanos.

Link da Notícia: <https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000993821/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacao-em-sao-paulo.html?fbclid=IwAR1xdAzN5GHdVLLXwuUagaFD3ZxuZ33-ELY-VoAm6PEUpFRhdqrs9TLtYl8g>

MODELO DE DESENVOLVIMENTO

19/07/2020

De novo o foco da discussão não é esse. O que precisa ser discutido não é a retomada da economia no pós Covid-19, O que devemos discutir é qual o modelo de desenvolvimento econômico devemos perseguir pós ruptura democrática de 2013.

O Diabo é sábio, não porque é o Diabo, mas sim porque é velho. Quem passou pelos anos 1980 acompanhou uma profunda discussão econômica, mas que tinha como pano de fundo a geopolítica mundial. Essa discussão precisa ser retomada e com viés ideológico, óbvio.

As Academias brasileiras, de um modo geral, sempre mantiveram uma certa distância dos conceitos da Geopolítica por entenderem, equivocada-

damente acredito, que se trata de uma ciência muito mais próxima dos militares e da diplomacia do que dos intelectuais que entendem que ela trata das relações de poder no mundo e da maneira como as nações se preparam para ocupar espaço para a Guerra, esquecendo sua importância na análise do comércio em tempos de “Paz”.

A discussão econômica dos anos 1980 se dava em torno de dois modelos de desenvolvimento: um internacionalista, voltado para um mercado globalizado e coordenado pelo grande capital financeiro, e um nacionalista, voltado para um mercado interno e coordenado também, em certa medida, pelo mesmo capital financeiro, mas sofrendo forte influência das forças do Trabalho, através das demandas sindicais e sociais internas.

Enquanto os primeiros se converteram em Fiéis do Deus Mercado e defendem a abertura total da economia, a padronização dos procedimentos comerciais e jurídicos, de maneira a criar um único mercado, os segundos, incensaram como divindade-mor o Estado, acreditando no seu papel libertador das classes oprimidas e regulador das atividades de uma classe dominante ruim, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa, que não deixa o país ir para frente, como diria Darcy Ribeiro.

As ideias dos Fiéis do Deus Mercado são sustentadas por uma aliança entre os capitalistas internos e externos, como bem demonstra o Ministro Paulo Guedes. Na visão míope desses

arautos do caos, em algum momento da história as economias centrais serão caras demais por conta dos custos do desenvolvimento social e das garantias trabalhistas e os fluxos de capitais transbordariam para os países periféricos promovendo o desenvolvimento em outros pontos do Globo, até o ponto em que todo planeta se tornasse novamente uma Pangeia de desenvolvimento e riqueza. É Utopia que chama?

Já os desenvolvimentistas, adoradores do Deus Estado trazem exemplos históricos para comprovar que sem uma economia interna competitiva, baseada primeiramente no atendimento das demandas da sua própria população, não haverá como promover o desenvolvimento que garanta bons empregos e a melhoria geral de vida da população. Para eles, sem o desenvolvimento interno esses países estarão fadados a se perpetuar como vendedores de commodities e exportadores da mão de obra barata dos subempregos e dos trabalhadores precarizados.

Eles só não consideram que atualmente essa equação, diferentemente da época em que os países centrais forjaram seu desenvolvimento baseados neste modelo, tem uma nova variável: o globalismo que suga capitais e trabalho independente das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os países centrais conseguiram seu desenvolvimento protegendo sua indústria, montando acordos comerciais favoráveis, definindo estratégias globais.

Acreditar que isso ainda é possível nos dias atuais desconsidera a evolução da economia mundial. É ingenuidade que chama?

Historicamente só há dois exemplos onde essa estratégia deu certo em um momento posterior a Revolução Industrial: na Alemanha e, pouco depois, nos Estados Unidos que graças às políticas desenvolvimentistas nacionais, tornaram-se potências econômicas globais, mas isso tem mais de 100 anos.

Não é o caso de apresentar virtudes e vícios de cada modelo, porque nenhum deles atende os interesses do país plenamente, interessa sim, entender como se dão essas disputas geopolíticas e como é possível encontrar um novo modelo híbrido (como buscava o Governo Lula através de uma correta leitura do cenário internacional feita pelo Ministro Celso Amorim, quando esteve à frente do Itamaraty) que capture as maiores vantagens possíveis de cada uma das visões tradicionais de desenvolvimento econômico e social.

Apesar de Bolsonaro ter sido eleito com apoio explícito das elites nacionais, depois de eleito militarizou o governo que deveria ser civil tentando deixá-lo incontrolável pelos freios e contrapesos da sociedade civil. Vivemos um governo sem controle porque há algum tempo essas elites se afastaram desses militares que por sua vez parecem ter perdido o real entendimento da geopolítica em meio às transformações da nova ordem mundial pós-Guerra Fria.

Hoje, nossas elites econômicas são simplesmente uma nau sem rumo, e estão representadas por uma elite política que tem ambições no máximo gerencialista ou meros gerentes locais de empresas de fora, no padrão FIESP. Ou seja, neste cenário o debate não ocorre nos meios empresariais ou políticos e nas Academias, foi trancado em Seminários, Fóruns, Lives e Webinares cada vez mais esvaziados onde se prega para convertidos.

Independente de Bolsonaro e apesar do retrocesso de leitura do mesmo Itamaraty chefiado por um terraplanista, (acho que não preciso dizer mais nada) precisamos retomar essa discussão de modelo de desenvolvimento, perdida nos anos 1980, enquanto ainda há alguma coisa que pode ser chamada de indústria neste país e que pode suportar o modelo de autodesenvolvimento porque para o modelo de fornecedor de commodities agro minerais não precisa de muita coisa, bastam terras e portos.

“Livre pensar é só pensar” - Millor Fernandes, 1973

Link da Notícia: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/16/retomada-do-brasil-no-pos-covid-deve-ser-mais-lenta-que-em-90-dos-paises.htm?fbclid=IwAR1ul-f2hUvcdYt1jENUUI92V2iQ55LSqE6B64F-2fbwhjEGE0RdgaiYSAyVw>



POLÍTICAS PÚBLICAS

“AUSTERIDADE QUE MATA”

10/08/2020

Uma boa parte das 100.000 mortes pela Covid 19 no Brasil podem ser creditadas a eventos de natureza política como as manifestações de 2013 que insuflaram as crises econômica, política e institucional que terminou no impeachment e em medidas de austeridade econômica como a EC 95/2016 e na eleição de Bolsonaro.

As manifestações de junho de 2013 desencadearam uma tempestade perfeita, em que um evento, que isoladamente não teria maiores consequências é drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre completo no pior cenário possível

Essa tempestade perfeita alimenta e é alimentada por 3 crises simultâneas. Uma, de ordem política que coloca em xeque o modelo de representação política, uma de impacto econômico que corrói o tripé dos fatores macroeconômicos que sustentam a confiança no governo e por fim uma terceira sobre o modelo institucional adotado para coordenar e disciplinar tanto os aspectos políticos quanto econômicos da democracia brasileira culminaram no golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e desencadearam um profundo processo de instabilidade política e institucional no país.

A crise da democracia brasileira se torna tão profunda que não se restringe mais à sua dimensão da visão liberal da política que ganha espaço dentro do governo de Temer, mas se amplia em di-

reção à dimensão social. Isso ocorre por meio da centralidade da agenda de austeridade fiscal implementada sob Temer, buscando atender as expectativas da parcela da sociedade que apoiou o golpe parlamentar de 2016.

De acordo com o professor Eduardo Fagnani (2017), o golpe parlamentar de 2016 marcou o “fim da cidadania social no país”, colocando o Brasil no mapa da radicalização da agenda ultraliberal, que já vem há anos afetando vários países, como Espanha, Polônia, Turquia, Argentina e Coreia do Sul.

Em 2015, no documento gerado dentro do PMDB, partido de Temer e apoiado por expressiva parcela do Congresso Nacional, intitulado “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015), havia claramente a proposta de implementar uma “agenda embutida” na deposição da Presidenta Dilma.

Além do ataque por dentro do sistema político, que tem consequências imprevisíveis e desastrosas, atacam-se também as políticas sociais que passam a sofrer com as consequências da ampla disseminação da racionalidade neoliberal em um processo no qual se valorizam socialmente as valências individuais, a iniciativa privada e a lógica empresarial para o encaminhamento de problemas gerados socialmente inclusive por parte dos governos.

Para muitos autores, a ortodoxia econômica teórica trazida à prática pela “agenda embutida” é somente a ponta

do iceberg de um processo mais amplo, e de sociabilidade neoliberal.

Trata-se do avesso do processo histórico que marcou a sociogênese das políticas públicas de Saúde que, no contexto de uma Reforma Sanitária, terminou por criar uma solução de amplo espectro social, cujo efeito mais visível foi sua operacionalização através da criação de um Sistema Único de Saúde.

Nesse processo histórico e social, diferentemente dos processos que buscam exclusivamente a racionalidade liberal, se entende que há limites claros para a ação do indivíduo diante de dinâmicas de ação coletiva e da crescente interdependência social, as quais tem marcado o desenvolvimento social historicamente.

A lógica da coletivização legitima-se como o caminho político para a construção da solução, via políticas de Estado. Segundo Norbert Elias, o Estado surge a partir de processos históricos de disputa entre atores sociais, a chamada sociogênese do Estado.

Desta forma, Estado e sociedade têm suas próprias dinâmicas que não impedem que, em certos momentos, haja estatização da sociedade e socialização do Estado. O que se convencionou chamar de Estado Social contempla, portanto, o desenvolvimento de diversas formas de participação da Sociedade Civil dentro das atividades de Estado, assim como a intervenção do Estado, direta ou indiretamente, em atividades próprias da Sociedade.

Assim, como disse Bobbio: “Sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”.

Em um mundo pós pandemia torna-se necessário e urgente provocar uma reflexão profunda sobre o papel do SUS na sociedade brasileira, tendo em vista a tensão no recente contexto de crise da democracia política e social no país no enfrentamento da maior crise sanitária em 100 anos.

Mesmo sendo um sistema público de saúde considerado por especialistas internacionais como um dos maiores, mais completos e complexos sistemas do mundo, o SUS têm evidentes e históricos problemas de financiamento e gestão, em decorrência de uma relação concorrencial com o sistema privado de saúde que se evidenciaram ainda mais no enfrentamento dessa pandemia. Isso porque o Sistema, desde a sua criação, foi formulado e, sobretudo, implementado, em um contexto de embate entre interesses públicos e privados.

Emendas Constitucionais ao longo desses 30 anos de estruturação do Sistema descaracterizaram o espírito da Lei consagrado na Constituição, limitando a ação do Estado, e direcionando-grande parte dos recursos públicos para o setor de saúde privada e securitizada, grande ofertadora de serviços para os mais abastados.

Durante os anos 1990, ao mesmo tempo em que se regulamentava o Sistema, por meio das Normas Operacionais Básicas, as NOBs, e outros instrumentos legais, a hegemonia da agenda da estabilidade econômica e ajuste fiscal provocou uma série de constrangimentos legais, que impactaram no fraco processo de perenização das fontes de financiamento do sistema.

O quadro nas décadas de 1990 e 2000 era de adiamento da normatização das medidas constitucionais que impactassem negativamente o orçamento federal, altamente comprometido com os encargos de dívida pública crescente e com a hegemonia do capital financeiro, determinando como novo papel ao Estado, não mais como indutor da economia, mas como regulador e financiador do desenvolvimento privado.

Desde sua implementação, o SUS, assim como todas as políticas públicas, concorre por recursos públicos com o pagamento de juros da dívida. Dessa maneira, enquanto os principais custos financeiros da dívida pública multiplicaram-se inúmeras vezes, as Receitas Federais destinadas à Saúde não tiveram o mesmo crescimento.

O impacto das medidas de austeridade fiscal sobre a Saúde é um debate bastante atual e que se torna ainda mais importante quando constatamos a importância e a relevância do papel do SUS durante o combate à pandemia; debate este que precisa avançar para redefinição desse papel e abrangência no

momento de normalidade sanitária posterior.

A análise de alguns indicadores de saúde demonstra os efeitos da crise atual, entendendo que se trata de uma crise complexa que tem como marco os eventos de 2013, que determinou, entre outras medidas, a aprovação da EC 95/2016 que drenou recursos do Sistema de Saúde e que se manifesta concretamente na falta de recursos para a correta estruturação das políticas de saúde muito antes de se imaginar as consequências da Covid-19 sobre a população do país.

Considerando que essa discussão diz respeito a uma política de financiamento já historicamente insuficiente, alguns fatores decorrentes da crise política, econômica e institucional alteraram substancialmente a capacidade de resposta do Sistema e a possibilidade de uma maior eficiência.

Dentre esses fatores destaco a diminuição dos recursos e o aumento da dificuldade nas negociações das pactuações políticas necessárias para estruturar o Sistema, sobretudo em relação ao seu financiamento, em decorrência da queda de arrecadação tributária em função da crise econômica que deprime os indicadores econômicos dos municípios, dos estados e da União.

As mudanças nos perfis demográficos e epidemiológicos registradas nos últimos anos também contribuem para uma maior pressão sobre os gastos públicos em saúde e os efeitos da

EC 95/2016, que estabeleceu um limite draconiano para os gastos sociais o que contribuiu ainda mais para dificultar uma melhor resposta do Sistema à pandemia de Covid 19.

“Austeridade que mata” é um termo inspirado no livro “A economia desumana: porque mata a austeridade” (STUCKLER, BASU, 2014).

O EXÉRCITO E O GENOCÍDIO

14/07/2020

“É preciso dizer isso de maneira muito clara: o Exército está se associando a esse genocídio, não é razoável. É preciso pôr fim a isso”.

Essa é a frase do Ministro Gilmar Mendes que está causando uma crise institucional entre o STF e as Forças Armadas, sobretudo pelo uso do termo genocídio que os militares consideram inadequado.

De certa maneira, faz sentido, já que genocídio, *stricto sensu*, significa o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso e não é isso que está acontecendo, mas, por extensão, genocídio também pode significar a destruição de populações ou povos ou aniquilamento de grupos humanos e a submissão a condições insuportáveis de vida.

E isso está ocorrendo, sim. Basta ver o que ocorre com os pobres nas pe-

riferias das grandes cidades ou com as comunidades tradicionais pelo interior do país

Mas isso não é obra dos militares que invadiram o Ministério da Saúde e não estão dando conta de controlar a pandemia de Covid-19 no país. Isso é obra de longo prazo e de muitas mãos. A pandemia só acelerou um processo e expôs a incompetência de militares para tratar de assuntos não bélicos.

Há pelos menos 7 grandes erros anteriores a gestão militar do Ministério da Saúde que desestruturaram ainda mais o SUS e dificultam o enfrentamento da Pandemia e colaboraram com esse genocídio, seja real, seja de forma figurada:

1. Aprovação da EC 86 que estabeleceu a execução orçamentária das emendas parlamentares individuais de forma obrigatória no valor mínimo correspondente a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União a partir de 2015. As novas regras agravaram o quadro de subfinanciamento do SUS porque podem estar fora do PPA da Saúde.

2. Aprovação da EC 95, a Emenda do Teto dos Gastos, que só no ano passado retirou R\$ 13,5 bilhões e deveria retirar mais R\$ 10 bilhões do Sistema Único de Saúde esse ano. Só não fará essa retirado por conta da Pandemia.

3. O Governo Federal decidiu encerrar o Programa Mais Médicos por questões ideológicas. Em dezembro, após críticas da gestão Bolsonaro e o anún-

cio de que a validação dos diplomas passaria a ser exigida pelo Governo, Cuba encerrou a parceria e retirou seus profissionais, o que gerou uma crise na estrutura de atendimento, especialmente nos pequenos municípios. Com a saída dos cubanos, foram abertas cerca de 8.500 vagas que ainda não foram totalmente preenchidas.

4. Durante o ano de 2019 o Governo Bolsonaro demitiu 27,5 mil cargos efetivos para substituir por terceirizações. O órgão mais impactado pela medida foi o Ministério da Saúde. Na pasta, ocorreu a redução de 22.476 cargos, o que representa cerca de 81% do total de cargos extintos. Apenas no cargo de Agente de Saúde Pública foram extintos 10.661 cargos. Esses profissionais mais experientes deveriam estar neste momento na linha de frente do enfrentamento à pandemia.

5. Os erros na condução da Economia, muito antes da pandemia se instalar, levaram o dólar para perto dos R\$ 5,00, estagnaram o PIB em 1,1% e o desemprego acima dos 2 dígitos percentuais. Estivéssemos sob um Governo com um mínimo de competência técnica as medidas de enfrentamento como quarentena compulsória de todas as metrópoles, fechamento das fronteiras e instalação de um comitê de crise com autonomia e respaldo deveriam ter sido decretadas com mais agilidade.

6. A criação de uma zona de atrito permanente como o Congresso e o des-

preparo da equipe econômica para gerar planos de contingência eficazes causou a demora para implementar medidas de compensação financeira para empresários e trabalhadores, medidas severas de bloqueio epidemiológico e sanitário e medidas de assistência social para os mais pobres porque não há apoio irrestrito do Congresso em função do não cumprimento dos acordos firmados anteriormente.

7. A eleição de um Presidente idiota, totalmente despreparado que não fica calado, gera instabilidade dentro do seu próprio Governo e que tem uma visão anacrônica das capacidades dos militares para resolução de toda e qualquer política pública. O Ministério da Saúde em particular deveria ser conduzido tecnicamente com o que de há de melhor em gestão de saúde no país

Portanto, diante de mais de 75 mil óbitos com potencial para ser dobrado nos próximos meses, o genocídio está dado. Seja *stricto sensu*, seja por extensão. Em uma situação de pandemia como esta que estamos vivendo, os países com maior população, como o Brasil, sobretudo de idosos e de pobres, são os que mais estão sofrendo os maiores impactos.

Por outro lado, também seriam os países com maior acesso a recursos financeiros, como o Brasil, que poderiam proporcionar as soluções mais rápidas e

eficientes para minimizar os efeitos da pandemia.

No entanto, neste momento, onde a atuação do Estado é fundamental, a existência de um sistema de saúde público, universal e gratuito também seria um fator importante para que a pandemia fosse controlada sem a interferência de interesses econômicos privados.

Olhando para esses fatos percebemos que o Brasil deveria ser o único, entre os maiores países do mundo, a reunir as três condições para o enfrentamento eficiente de uma pandemia e não o país onde está ocorrendo um genocídio decorrente de 30 anos de subfinanciamento do SUS, medidas de austeridade fiscal irresponsáveis como a EC 95 / 2016, mas também da pior gestão de uma crise de saúde que se tem notícia em todos os países do mundo, fruto da incompetência e do negacionismo do governo Bolsonaro.

Link da Notícia: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/11/gilmar-mendes-exercito-esta-se-associando-a-genocidio-na-pandemia.htm?fbclid=IwAR1ohBBoLC-qE5ttCP8oegIKtprOnVvvKGH3eqEWwl-97WnfW3CphilM-sGn8>

POR QUE A POLÍCIA MILITAR MATA TANTO?

20/05/2020

Sobre o que está ocorrendo no Rio de Janeiro, e que fique claro desde o início, não estou falando dessas tragédias cotidianas como a do adolescente João Pedro, nem tão pouco estou falando de atuação de governantes policiaiscos como o Governador Witzel.

Estou falando da efetiva atuação do Estado nas políticas de segurança pública e estou falando do que ocorre desde o governo de Leonel Brizola, senão antes.

Neste sentido, talvez um dos únicos consensos entre as concepções do papel do Estado entre esquerda e direita é que somente ele, o Estado, seja mínimo ou máximo, democrático ou ditatorial, estatista ou liberal, detém o monopólio do uso legítimo da violência.

Quem primeiro definiu o Estado como detentor desse monopólio foi o economista alemão Max Weber, em uma conferência em 1918. Nos seus termos, Weber define: “o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (Weber, 1982, p. 98).

Esse consenso se estabeleceu porque o Estado sempre necessitou e utilizou esse monopólio em duas funções bastante específicas.

A primeira função é a defesa de seu território de ameaças externas através da constituição de Forças Armadas permanentes e especializadas, mas isso, pelo pacto federativo que adotamos, não faz parte do papel dos governos estaduais.

E a segunda função, esta sim claramente dentro do escopo dos governos dos estados, é o controle e a contenção da sua própria população através da criação de Corporações Policiais profissionais e auxiliares.

Portanto, tanto para quem se alinha com o pensamento da esquerda ou da direita, a atuação da Polícia Militar que acontece hoje no Rio de Janeiro, não deveria ser alvo de controvérsias porque trata-se “apenas” do Estado exercendo uma de suas funções definidoras. Mas é. Não pelo conceito, mas pela forma.

Apesar de reconhecer a sua legitimidade, por princípio, sou contra a maneira como a política de segurança pública vem sendo conduzida, não só no Rio de Janeiro, mas na maioria dos estados, por vários motivos:

1) ela agride o pacto federativo brasileiro. Como todos sabem o Rio não produz drogas e nem tampouco armas, portanto, caberia a União e não ao estado a formação da primeira linha de combate ao crime organizado que atua no Rio de Janeiro;

2) ela ocorre em um contexto de negação dos valores democráticos. Em outro momento, uma figura como Wilson

Witzel e esse discurso beligerante não se elegeria para Prefeito de Queimados, cidade do Grande Rio considerada a quinta mais violenta do Brasil, mesmo que fosse possível aplicar sua política de enfrentamento no contexto municipal;

3) ela foi estabelecida por motivos políticos e não por critérios técnicos. Essa proposta de enfrentamento se coaduna com o discurso bolsonarista e com a percepção de Witzel, e de tantos outros governantes, que uma parte importante do eleitorado se alinha com essas práticas proto fascistas. E, como sabemos, Witzel e diversos outros governadores tentam viabilizar seus nomes à sucessão de Bolsonaro em 2022. Só precisam combinar com ele;

4) ela coloca a atuação das Forças Policiais explicitamente dentro da cena política. As Forças Policiais existem para exercer uma função de Estado e não de Governo. Alinhá-las ao discurso político do ocupante da vez do Palácio da Guanabara é desviá-las da sua função constitucional e tornar-se refém do seu sucesso ou do seu fracasso.

E aqui cabe um parêntese. Historicamente as Policias Militares foram criadas a partir da chegada da família real portuguesa com o objetivo dar proteção aos colonizadores contra qualquer tipo de revolta popular, ou seja, desde sua origem até os dias de hoje, as policias militares foram pensadas, concebidas e implementadas como uma força de invasão e contenção que vê no povo seu inimigo;

5) por fim e mais importante, ela não resolve o problema. Ao fim e ao cabo, se estará atuando somente sobre os três “ps” (pretos, pobres e de periferia) que desempenham o papel de intermediários dessa cadeia de consumo e não sobre os criminosos “brancos e ricos da Zona Sul” que financiam e comandam esse mercado.

No entanto, apesar de ser contra, entendo quem defenda esse tipo de política baseado no combate ao crime organizado tendo como teatro de operações as ruas e vielas das comunidades cariocas, também por vários motivos mais autoexplicativos:

1) o Rio, e não só o Rio, se tornou um território do narcotráfico;

2) o Estado brasileiro, independente da esfera de poder, há muito tempo, permitiu a quebra do monopólio do uso, neste caso ilegítimo, da violência;

3) o imbricamento das polícias com o crime organizado impede que se resolva o problema com soluções internas e convencionais como o enfrentamento puro e simples;

4) aumentar a percepção de segurança faz parte da solução de uma política de segurança pública; e,

5) por fim e mais importante, eu não sou carioca e não vivo em uma “zona de guerra”, o que torna fácil a crítica a partir da segurança das redes sociais.

Agora sim, falando de maneira mais específica sobre o Governo de

Wilson Witzel, outro ponto que me incomoda neste debate todo é que ele é seletivo.

Quem hoje se engaja na crítica à “Guerra ao Crime” defendida pelo governo do Rio, não assume, mas está criticando muito mais os atores e o contexto do que a própria proposta de solução encontrada.

O Rio de Janeiro, tanto o município quanto o estado, já tiveram governos mais progressistas que a atual dupla Witzel e Crivella. Para ficar nos mais óbvios, Leonel Brizola e Benedita da Silva já foram Governadores e Saturnino Braga e Marcelo Alencar já foram prefeitos e nenhum deles conseguiu oferecer propostas de políticas eficientes para a solução do problema.

Em diversos momentos, uma atuação mais dura já foi decretada, independente de quem era o governador. Inclusive com intervenção federal na segurança. Os governos cariocas sempre apoiaram esse tipo de endurecimento no combate, alguns só não declaram isso abertamente por receio da repercussão negativa que poderia trazer e o impacto na popularidade do Governo.

Com certeza se o governador do momento fosse outro que não Witzel, ações policiais desastrosas como essa que mataram João Pedro, Jenniffer, Ágatha e tantas outras crianças e adolescentes também aconteceriam e os efeitos colaterais seriam os mesmo porque, como disse, há um consenso que essas ações são “apenas” o Estado exercendo

uma de suas funções definidoras. O que está errado não é o conceito, é forma como o Estado exerce essa função.

O problema, portanto, não está no direcionamento ideológico do governo estadual, mas a esquerda, depois da onda do “politicamente correto”, quando no poder, parece querer abrir mão das suas prerrogativas de Estado. Parece que tem “nojinho” das políticas públicas que não tenha algum tipo de apelo inclusivo, redistributivo e de cunho social, enquanto a direita parece ter um certo “prazer” em implementar as medidas que reforcem a face mais dura do Estado.

Por fim, acho que está se falando muito, mas sem conhecimento real do que está de fato acontecendo, seja no contexto político geral, seja no contexto da política de Segurança Pública em particular.

Fala-se muito sobre legitimidade e oportunidade desse tipo de atuação do Estado nas comunidades no combate ao crime organizado, questiona-se muito a intenção real dos atores e suas consequências no cenário político sucessório, mas deixa-se de lado alguns pontos que considero importantes e que neste caso se referem ao Rio de Janeiro, mas que também são válidos para diversos outros estados e cidades do Brasil.

O Estado e as instituições do Rio de Janeiro estão totalmente contaminados com a cultura e com os recursos, financeiro e políticos, que o tráfico gera.

A sociedade carioca está se tornando cada vez mais míope e, porque não dizer hipócrita, ao acreditar que a mesma droga que sai dos morros e financia essa zorra toda não vai parar no asfalto da Zona Sul em festas e eventos da classe média, como se uma coisa não tivesse relação direta com a outra. Mesmo em tempos de pandemia.

Todos os mercados, sejam de tomates e abacaxis, sejam de maconha e cocaína obedecem às mesmas regras e tem os mesmos componentes. A lei da oferta e da procura é uma dessas regras e a existência de produtores, intermediários e consumidores são alguns dos seus componentes.

Sem atuar na produção e no consumo, a política de extermínio que virou a política de segurança pública do Rio de Janeiro atuará exclusivamente na parte mais visível e simbolicamente negatizada da cadeia, os intermediários, e a consequência mais óbvia será o aumento dos preços para os consumidores e o lucro dos produtores que levarão os seus produtos para mercados menos controlados.

Ou seja, o que a política de segurança do Governador Witzel pretende é transferir o problema para outros territórios, sem se importar com os efeitos colaterais sobre a população pobre que tem que viver, estudar e trabalhar em uma zona conflagrada.

SUS: RESULTADOS OBJETIVOS E PERCEPÇÕES SOCIAIS

02/04/2020

Inegavelmente nas quase 3 décadas de existência do Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou se de maneira considerável o acesso à assistência à saúde para grande parte da população brasileira. Hoje, o SUS representa a única forma de assistência à saúde para cerca de 150 milhões de pessoas.

Além disso, outros serviços de saúde como vigilância sanitária e epidemiológica, captação e oferta de hemoderivados e de órgãos para transplantes, bem como as mais importantes coberturas vacinais tem cobertura universal atingindo de maneira indistinta praticamente a totalidade da população.

No entanto, não se pode negar que o SUS ainda não conseguiu garantir a equidade de acesso oportuno e de qualidade para toda população brasileira, muito em função de alguns problemas ainda não equacionados dentre os quais destaco o subfinanciamento, a baixa capacidade de gestão no sentido mais strictu sensu das capacidades estatais, a concorrência com o sistema privado por recursos humanos, financeiros e físicos e, por fim, o papel da mídia.

Apesar dos avanços inegáveis e das dificuldades inquestionáveis, a maneira como o Sistema é percebido pela população brasileira varia enormemente. Sabemos que essa percepção é in-

fluenciada por inúmeros fatores como a própria experiência ou de pessoas próximas na utilização dos serviços, uma visão idealizada do atendimento de saúde e uma opinião geral formada a partir dos meios de comunicação.

Pesquisas com algum rigor científico e com abrangência nacional apontam que cerca de 30% dos usuários do SUS avaliaram os serviços de maneira positiva (conceitos “Muito Bom” e “Bom”), enquanto para os não usuários esse índice de aprovação cai para 19%.

Dado que temos dados e indicadores objetivos de saúde, sejam eles mais abrangentes e sintéticos como Expectativa de Vida ou Mortalidade, sejam dados mais diretamente ligados às ações próprias do SUS como cobertura vacinal e, ao mesmo tempo, uma avaliação positiva, no melhor cenário de menos de 30%, esse conjunto de premissas levam ao desenvolvimento do seguinte questionamento:

Por que há uma dissociação entre os resultados objetivos das condições de Saúde e a percepção dos usuários sobre o Sistema Público de Saúde brasileiro?

A Saúde de uma população é um conceito complexo, assim como os conceitos de Pobreza e Fome tem suas causas e consequências originados e direcionados por fatores multidimensionais e transversais. A influência de fatores econômico, sociais e demográficos em muitos casos tem influência muito mais perceptível e consequências mais ime-

diatas e abrangentes que ações diretas de Saúde Pública.

A combinação de Políticas Sociais, sobretudo as políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada com Políticas Econômicas priorizando incentivos para aumento da produção, aumento do emprego formal, aumento do consumo no mercado interno e valorização do salário mínimo durante os Governos Lula e Dilma impactou fortemente o crescimento da renda e o aumento da escolaridade. Esses fatores conjuntos associados ainda às estratégias regionais com aumento do investimento público em infraestrutura e expansão formatou as iniciativas de Estado para redução da pobreza e da desigualdade, impactando indiretamente nos indicadores sintéticos de Saúde.

No entanto, quando olhamos para indicadores menos sensíveis aos fatores socioeconômicos ou mais diretamente relacionados às ações dos serviços de Saúde oferecidos pelo SUS, como mortalidade infantil decupada, que tem influência direta da oferta e qualidade do pré-natal e do período de puerpério, vemos uma consistente tendência de queda do indicador, seja de maneira consolidada, seja em suas componentes.

Esse é apenas um dos indicadores que poderiam ser utilizados como um exemplo de que, sem desconsiderar os fatores externos ao Sistema de Saúde, sobretudo os políticos e os socioeconômicos, é possível associar alguns indica-

dores de melhora das condições de saúde às ações diretas e próprias do SUS.

Dado esse conjunto de fatores, a efetiva atuação do SUS na redução de mortalidades e morbidades no Brasil e uma percepção, pelo menos de parte da população, sobretudo os não usuários, de que o Sistema não atende aos objetivos para o qual foi desenhado, cabe buscar o entendimento teórico e empírico das motivações que deram origem e que mantem essa dissociação cognitiva e, eventualmente, quais os interesses estão por trás dessas motivações.

A principal hipótese levantada até aqui é que há um conflito de interesses multi polarizados que atua de maneira a dificultar a atuação do SUS na prestação de serviços de saúde de forma integrada, regionalizada e hierarquizada que atenda às diretrizes de descentralização, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e com efetiva participação da comunidade, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Este conflito multipolarizado, e não necessariamente coordenado, é resultado de diversos interesses concorrentes e até antagônicos. Se por um lado temos na área da saúde pública a necessidade da construção de planos de longo prazo – em alguns casos que ultrapassem uma geração – por outro, temos um tempo político fragmentado eleitoralmente e uma dissociação entre os objetivos dos Executivos e dos Legislativos, em todas as esferas, causada pela fragmentação

partidária que o modelo de governos de coalizão gera.

Também faz parte desse conflito multipolarizado a área de disputa do poder simbólico entre Saúde Coletiva e Sistemas de Cura. Por um lado temos, na gênese do conceito de Saúde Coletiva, representado no Brasil pelo que se convencionou chamar de Reforma Sanitária, uma visão da política pública de Saúde atuando como instrumento de mudança social e formação ideológica e tendo, sobretudo, as universidades como arena de disputas; por outro lado, temos a cada vez mais forte a influência financeira e ideológica dos proprietários dos meios de produção médica e hospitalar atuando sobre as comunidades epistêmicas e sobre a burocracia estatal com vistas a influenciar a agenda da política pública da Saúde.

Em ambos os casos, no entanto, o sistema político percebe as demandas da saúde com forte apelo eleitoral e atua de maneira a tentar capturar essas demandas, seja em benefício da construção da agenda da Saúde, junto com a Previdência e a Assistência, como parte de um sistema de seguridade social mais amplo com vistas à formação de um Welfare State Nacional seja em benefício de lógica privatista visando transferir da esfera de atuação do Estado para a esfera da iniciativa privada visando a possibilidade de captura de parte desses recursos, seja na forma de repasses e financiamento estatal, seja na venda direta de serviços médicos ao cidadão que passa a ser visto como cliente.

Esse conflito multipolarizado é causa e efeito do modelo dissociativo entre público e privado adotado na política pública da saúde. Essa dissociação interessa, sobretudo, ao modelo de saúde privada que convive com o sistema público. De certa maneira, o desenho do Sistema Único de Saúde buscava criar uma complementariedade entre ambos, mas depois de 3 décadas o que se percebe é que o Sistema Privado atua de maneira concorrencial e assimétrica, seja na disputa por recursos financeiros e estruturais, seja, sobretudo, por recursos humanos qualificados, especialmente médicos especialistas.

A normatização do Sistema através da Constituição Federal e de suas Leis e Normas complementares, estabelece que o Sistema Público é responsável, quase que de maneira exclusiva, pelo atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; enquanto o Sistema Privado é responsável apenas por serviços de assistências à saúde, que são muito mais pontuais, de menor complexidade operacional e de governança e auto-sustentado e financiado, gerando uma alta lucratividade com baixo ou nenhum nível de risco ao investimento e frágeis estruturas de controle social.

Dado o problema e a explicação, ainda que parcial de parte da sua origem, também é necessário entender porque isso acontece e a hipótese que tentarei defender é que esse dissociação entre dados objetivos de saúde e a

percepção de “falha” do sistema faz parte de uma estratégia de construção de uma retórica conservadora que visa descreditar a eficácia desse e outras políticas públicas para solução de problemas estruturais da sociedade brasileira possibilitando uma abertura de espaço ainda maior para a atuação da iniciativa privada na captura tanto de recurso tributários quanto da poupança privada no financiamento de Saúde como um dever privado e não mais como um direito público.

Esta estratégia é executada por diversos atores públicos e privados, desde corporações médicas até gestores públicos e burocratas de nível de rua, desde grandes proprietários de meios de produção médica e hospitalar até organizações sociais de saúde que independente de suas posições ideológicas ao atuarem em defesa de seus interesse privados comprometem a eficiência do atendimento à saúde como política pública e, portanto, de maneira antagônica ao direito à saúde como um interesse público e coletivo.

Obviamente, essas ações individuais, mesmo que representando o interesse de grupos e coletivos não teriam o mesmo impacto se não fossem catalisadas e potencializadas pela ação de um ator de suma importância neste contexto: a mídia.

Podemos identificar no papel da mídia as teses de Albert Hirschman sobre a retórica conservadora. Essas teses foram exaustivamente utilizadas,

demonstrando todo o conservadorismo da imprensa em relação à introdução de novos direitos e em defesa e manutenção de statu quo da própria imprensa, mas também dos grupos políticos e empresarias que ela representa já que estamos falando de um setor extremamente oligopolizado.

Esse autor identificou três teses sobre a retórica conservadora que foram utilizados ao longo da história: a tese da perversidade, que sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só servem para “exacerbar a situação que se deseja remediar”, a tese da futilidade, que defende que as mudanças são sempre ilusórias, “pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas”, e a tese da ameaça, argumenta que o custo da determinada reforma é muito alto, porque “coloca em perigo outra preciosa realização anterior”.

Repercutem com bastante frequência, seja no discurso dos defensores de uma maior preponderância do Sistema de Saúde Privada, seja na mídia que repercute esse discurso, as teses de Hirschman de maneira mais coloquial e mais fácil acesso à opinião pública na forma de “opinião publicada”.

Pela tese da perversidade, defendem que as ações para melhorar a condição social de alguns só servem para perpetuar o ciclo de pobreza alimentado pelos assistencialismos. “Não dê o peixe, ensine a pescar.” Com a tese da futilidade, defendem que as conquistas de po-

líticas públicas como o SUS são ilusórias porque os avanços reais devem ser gerados pelas mudanças da estrutura econômica como um todo. “Vamos crescer o bolo para depois dividi-lo.” E com a tese da ameaça, que avalia que o custo do programa é muito alto e coloca em perigo uma realização maior que é o equilíbrio fiscal. “O Estado precisa se concentrar nas atividades próprias de Estado. O resto, o Mercado regula e disciplina”.

Apenas como um de inúmeros exemplos que poderíamos apontar, destaca a manchete da primeira página da Folha, em 9 de dezembro de 2013: “Ineficiência marca gestão do SUS, diz Banco Mundial”. A matéria sugere que essa é “uma das conclusões de relatório inédito obtido com exclusividade pela Folha”. No entanto o que o relatório, apresentava era um diagnóstico bastante favorável do Sistema Público de Saúde brasileiro. Dou relevo a um trecho do resumo do referido relatório e a capa da edição do jornal daquele dia:

“Nos últimos 20 anos, o Brasil tem obtido melhorias impressionantes nas condições de saúde, com reduções dramáticas na mortalidade infantil e o aumento na expectativa de vida. Igualmente importantes, as disparidades geográficas e socioeconômicas tornaram-se muito menos pronunciadas. Existem boas razões para se acreditar que o SUS teve importante papel nessas mudanças. A rápida expansão da atenção básica contribuiu para a mudança nos padrões de utilização dos serviços de saúde com uma participação crescen-

te de atendimentos que ocorrem nos centros de saúde e em outras instalações de cuidados primários. Houve também um crescimento global na utilização de serviços de saúde e uma redução na proporção de famílias que tinham problemas de acesso aos cuidados de saúde por razões financeiras. Em suma, as reformas do SUS têm alcançado pelo menos parcialmente as metas de acesso universal e equitativo aos cuidados de saúde. (Tradução de Eduardo Fagnani).

Enfim, a dissociação cognitiva entre os resultados objetivos do Sistema de Saúde Pública implementado no Brasil há cerca de 30 anos e a percepção de qualidade capturada por pesquisas de satisfação reflete o papel da mídia como formador de opinião com o objetivo de pautar a agenda pública em benefício de corporações de trabalho alinhadas com interesse políticos e corporativos da iniciativa privada.

Minha esperança é que a quantidade de vidas que serão salvas pela atuação do SUS faça com que a população em geral e a mídia em particular, passem a ver neste Sistema de Saúde seu real valor e importância diante do caos que se instalará.





SIMBOLISMOS

AS LOGOMARCAS DOS ÚLTIMOS GOVERNOS

05/01/2019

O Governo de Jair Bolsonaro acaba de lançar a nova logomarca do governo federal que marcará sua gestão nos próximos 4 anos.

Mesmo sem ser especialista em semiótica, analisando comparativamente as logomarcas dos últimos 5 governos alguns pontos ficam evidentes e saltam aos olhos. Discursos podem mentir, mas as imagens não.

A primeira logomarca, a dos 2 Governos Lula (2003 a 2010) é a mais colorida e mais alegre de todas mostrando que o Brasil é um país diverso, com diferentes cores, pessoas, etnias e religiões. Essa diversidade e inclusão é reforçada

pelo uso do slogan “Um país de todos”. Ou seja, a ideia era ter uma gestão que buscasse como marca de governo a integração e a inclusão.

A quantidade de cores utilizada transmite a ideia de país alegre, feliz, carnavalesco, reforçando a imagem de nação mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma e aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas.

A decisão de manter a mesma logomarca durante os 2 mandatos reforça sensação de continuidade do governo, das políticas e das bandeiras defendidas nos dois períodos.

A segunda e a terceira são as logomarcas dos governos Dilma (2011 a 2016) que apesar de serem visualmente

idênticas trazem uma mudança importante na mudança do slogan.

Antes de falar disso é importante ressaltar que as logomarcas, assim como os governos que representam, vão ficando mais sérias e sóbrias. A sensação é que acabou a festa e a alegria.

A adoção apenas das cores da bandeira tem a clara intenção de demonstrar um patriotismo e um alinhamento com valores de classe média que antes importavam menos.

O primeiro slogan adotado pela gestão Dilma: “País rico é país sem pobreza”, se por um lado assume a condição de miserabilidade de parte da população como o problema prioritário a ser enfrentado, por outro questiona a ideia contraditória de um país ser rico pelos recursos naturais que possui mesmo tendo um povo pobre, ou seja, propõe ações que diminuam a desigualdade social.

Apesar do problema da pobreza não ter sido resolvido no segundo mandato o slogan muda para “Pátria Educadora”, o que demonstra que, diferentemente do que ocorreu nos governos Lula, não há a mesma sensação de continuidade do governo, das políticas e das bandeiras defendidas nos dois períodos de Dilma.

No caso de Dilma, ambos os slogans trabalham com pautas mais definidas, o que passa a ideia de slogans de governos e não de Estado, portanto mais transitórios e efêmeros.

A logomarca seguinte, utilizada pelo Governo Temer, é dominada por alusões aos simbolismos da bandeira nacional, mas de maneira monocromática em tons de azul. Ao utilizar praticamente uma única cor, fria, associada ao masculino, à sobriedade, à modernidade e à racionalidade sinaliza que a diversidade, a festa e a cultura não terão espaço nas ações de governo. É quase o carimbo de um burocrata.

Outro ponto que chama atenção é a ausência de um slogan norteador. A utilização da faixa com o lema positivista “Ordem e Progresso” não cumpre essa função.

Então, se olharmos pelos simbolismos da logomarca, vemos um governo sem rumo ou objetivos, que tenta utilizar os elementos da bandeira como uma maneira de transferir a dignidade dos símbolos republicanos para o grupo que chega ao governo de maneira não tão nobre e legítima.

Por fim, a logomarca recém lançada pelo Governo Bolsonaro é a versão “chapada” da logomarca anterior que trazia elementos gráficos em 3D, possivelmente em uma homenagem subliminar e inconsciente à grande patrocinadora da ascensão daquele governo (plim, plim).

Na logomarca do Governo Bolsonaro, como era de se esperar, estão de volta o verde e o amarelo, mas a palavra Brasil, ao contrário do que foi o slogan da campanha “Brasil acima de tudo” é o que está abaixo de tudo.

E novamente não há um slogan norteador das ações de governo, já que a utilização de um trecho do hino, “Pátria Amada Brasil”, também não cumpre essa função e com a agravante que a mensagem não é direcionada ao que o País fará pelo seu Povo, unir (Lula), repartir ou educar (Dilma) e sim, o que o Povo dever fazer pelo País (Amar). É a versão minimalista do “Ame-o ou Deixe-o”

Portanto, se novamente olharmos pelos simbolismos da logomarca, o governo Bolsonaro será um governo de continuidade em relação a Temer, igualmente sem rumo ou objetivos, que também tenta utilizar os elementos da Bandeira e do Hino como uma maneira de transferir a dignidade dos simbolismos republicanos ao novo governo.



AS 3 MORTES DE UM HOMEM

09/05/2020

Todos os homens morrem 3 vezes. A primeira morte é a morte do corpo, seguida da morte dos efeitos das suas ações e por fim a morte da sua memória.

A morte do corpo é o tempo de vida de cada um de nós. Em geral não mais que algumas décadas, em média, e é o que fazemos neste tempo que determinará o tempo das outras mortes.

Morto o corpo, ficam os efeitos de suas ações: sua descendência, suas obras e o resultado de seu trabalho. Este tempo para a maioria dos homens não é maior do que o tempo de algumas gerações posteriores à sua. Em poucas gerações sua descendência não o reconhece mais e o resultado de seu trabalho se finda. É quando se dá sua segunda morte.

A terceira morte pode ser a que mais demore a se realizar ou a que dure apenas um instante. A morte da memória de um homem está ligada ao tempo que as gerações futuras serão capazes de recordar seu nome e vinculá-lo aos seus feitos. Bons ou maus.

Bolsonaro está dedicando sua vida a produzir atos que marcarão indelevelmente a memória de seu nome. Bolsonaro está se preparando para ser imortal.

Em algum tempo, e que fique claro: não estou desejando que esse tempo seja breve, mas que será inevitável, ouviremos o Willian Bonner, ou alguém com essa função, anunciar em tom solene: “Faleceu hoje o ex Presidente Jair...” Esta será sua primeira morte.

Em um tempo maior, perecerão os seus e suas obras. Seus filhos também perecerão e seus descendentes em algumas gerações também não se ligarão mais à sua imagem, senão como aquele parente distante que se tenta esconder o vínculo genealógico. Muitos abandonarão o sobrenome como que querendo esconder uma mácula do passado.

E suas obras durarão menos que isso. Uma a uma serão destruídas pelo tempo ou substituídas pelos homens. Não haverá escolas ou hospitais com seu nome e as placas de bronze e retratos oficiais que marcaram sua passagem por ali, também terminarão em um frio depósito de móveis e objetos de repartições públicas que precisam ser descartados.

No entanto, não veremos sua terceira morte. Nem nós nem ninguém. Não haverá uma desmemória de sua infeliz existência. O nome Bolsonaro ficará para sempre na memória da humanidade. Os historiadores do futuro terão a responsabilidade de marcá-lo no rol da infâmia, na lista dos grandes genocidas, no grupo dos líderes mundiais responsáveis pelas páginas mais trágicas de seus países e de seus povos.

E sem essa terceira morte, Bolsonaro está condenado a permanecer vivo para sempre como um espectro perpetuado pelas mortes que está ignorando neste momento.

Infelizmente, nós não o esqueceremos jamais. Infelizmente, Bolsonaro está se tornando um imortal. Uma vida longa aguarda Jair Bolsonaro.

COMO BOLSONARO SE SUSTENTA NO PODER?

21/05/2020

Emissor e receptor finalmente interagem direta e imediatamente. O que era o sonho da minha geração tornou-se realidade, mas a um custo imprevisto. Altíssimo. O custo da sublimação da capacidade crítica e do pensamento complexo. Tudo tem que ser novo, fácil, rápido e de preferência divertido. Ou maldoso e sádico.

Assim como o cinema, o rádio e a televisão, a internet mudou definitivamente nossa maneira de ser, pensar e agir. O virtual é aceito como real e, de alguma forma, torna-se real para algumas pessoas e situações, porque destrói e reconstrói narrativas como, por exemplo, o que vem fazendo o bolsonarismo com a narrativa da democracia.

Bolsonaro talvez seja o líder mundial que mais se destaca, negativamente, diga-se, por ser um dos que melhor soube usar essa nova tecnologia em seu serviço. Sua estratégia de comunicação utiliza fortemente essa plataforma para divulgar suas mensagens, sobretudo fake news, para desconstruir reputações e construir as narrativas que lhe interessa que sejam compartilhadas.

Essas mensagens são rápidas e de fácil compreensão. Vídeos e áudios curtos, mas bem produzidos para serem compreendidos sem esforço algum. Se não será rapidamente descartado.

Tudo tem que ser muito simples e rápido, desde o formato até a mensagem, que nem de longe precisa ser verdadeira, muito pelo contrário. Para o público a quem se destina se houver a menor complexidade, ainda que pouca, se o texto for longo e cheio de palavras “difíceis”, tudo será simplesmente ignorado.

Estratégia perfeita para quem não tem propostas nas áreas econômicas para que resolvam os problemas de grande parte da população e políticas públicas que amenizem os efeitos da pandemia e que, por isso, precisa tirar o foco de suas incapacidades e incompetências.

Se antes éramos vítimas desavisadas da Indústria Cultural, simples receptores que não tinham como interagir com uma mensagem elaborada para moldar comportamentos de consumo e pautar padrões de comportamento social de leitores, ouvintes e telespectadores, hoje temos a falsa sensação de que podemos interagir com a realidade que cada vez mais nos é imposta.

Um exemplo desse tipo de lógica em mensagens simplistas para um público simplório:

Estamos em meio a uma crise epidemiológica sem precedentes? Sim. A pandemia causará recessão e desemprego? Sim. Isso me afeta diretamente? Sim. O isolamento social e o fechamento de empresas e comércios são os maiores responsáveis por essa crise econômica futura? Sim. E quem está impondo

essas medidas? Os governadores de estado, os políticos da Câmara e os juízes togados do STF que são oposição ao governo. Quem é oposição ao governo são os futuros concorrente à sucessão? Sim. Quem quer que Bolsonaro não se reeleja? Os comunistas, os políticos corruptos e os parasitas do serviço público.

Simples, rápido e fácil.

Coloque isso em um vídeo ou áudio. Distribua de maneira exponencial, utilizando robôs e algoritmos, mas sobretudo faça com que pessoas comuns também o façam para que o remetente lhe empreste a credibilidade que o conteúdo não possui.

Pronto. Está feita uma campanha política pela internet, que coloca centenas de imbecis nas ruas pedindo a reabertura dos comércios e o retorno ao trabalho em meio a uma pandemia e outros tantos em praças e avenidas pedindo o fechamento do Congresso e do STF e o retorno do Regime Militar e do AI -5, seu instrumento mais cruel de repressão e tortura.

Se não entendermos isso rapidamente e adequarmos o discurso de resposta a esse modelo seremos sempre reativos. Não venceremos este embate publicando notas de repúdio e petições na internet.

Texto com Toni Fernandes

DIFERENÇA ENTRE CORAGEM E VALENTIA

05/05/2020

Há duas cenas bastante emblemáticas no filme Perfume de Mulher onde Al Pacino interpreta o tenente coronel Frank Slade, um militar aposentado, cego, narcisista e com tendências suicidas: a cena do tango e da Ferrari. Nessas cenas, Al Pacino demonstra a diferença entre coragem e valentia.

A primeira cena representa a coragem. Nessa cena, o Coronel Slade dança tango durante uma festa. A coragem, neste caso, está em enfrentar seus próprios medos e superar o risco de falhar e expor o outro a um constrangimento.

Ter coragem é ter força e energia moral para enfrentar dificuldades e perigos com determinação. É a habilidade de controlar o medo em momentos difíceis com perseverança, força e ousadia.

A outra cena representa a valentia. Nessa cena, o Coronel Slade dirige uma Ferrari em alta velocidade pelas ruas da cidade. A valentia, neste caso, está em agir de forma irresponsável para demonstrar uma capacidade que outras pessoas julgam que você não tem. A valentia faz o fraco parecer forte, o covarde parecer corajoso e o cego parecer enxergar.

A coragem sempre permanece, a bravura é momentânea. A coragem não põe outras pessoas em risco, a valentia sim. A coragem vem de dentro e bravura vai para fora.

Quando Bolsonaro afronta as instituições e ultrapassa todos os limites ele só demonstra sua valentia. Não há coragem nisso.

Não há coragem em atacar a imprensa, o STF e o Congresso do alto da Presidência da República quando você sabe que não será atacado da mesma forma. Não há coragem em negar uma pandemia quando se transfere para Prefeitos e Governadores a responsabilidade pelas mortes e pelo fechamento da economia.

Não há coragem em Bolsonaro, só valentia e o fim de toda valentia é ser contida pelas suas consequências ou como diz o antigo samba de Nelson Cavaquinho, “nas mãos de um fraco sempre morre um valente”.



afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea